

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL**

TWANE FARIAS PINTO GUEDES

GÊNERO E SERVIÇO SOCIAL

**MACEIÓ
2020**

TWANE FARIAS PINTO GUEDES

GÊNERO E SERVIÇO SOCIAL

Trabalho de conclusão de curso de graduação em Serviço Social para obtenção do título de Bacharela. Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Faculdade de Serviço Social (FSSO).

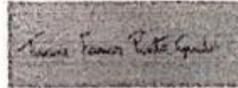
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Andréa Pacheco de Mesquita

**Maceió
2020**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
COORDENAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ANEXO 3

Folha de Aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL).



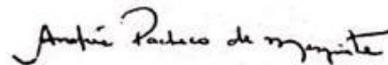
Alunos/as concluintes

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em 06/11/2020

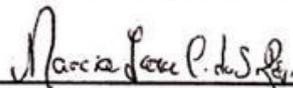
Título:

Gênero e Serviço Social

Banca Examinadora:



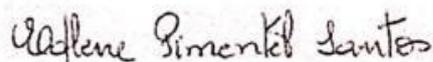
Professora orientadora



Examinador 1



Examinador 2



Coordenadora de Trabalho de Conclusão de Curso

TWANE FARIAS PINTO GUEDES

GÊNERO E SERVIÇO SOCIAL

Trabalho de conclusão de curso de graduação em Serviço Social para a obtenção do título de Bacharela. Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Faculdade de Serviço Social (FSSO).

Banca Examinadora

.....
Prof.^a Dr.^a Andréa Pacheco de Mesquita – FSSO/UFAL (Orientadora)

.....
Prof.^a Dr.^a Marcia Iara Costa da Silva – FSSO/UFAL

.....
Prof.^a Dr.^a Sueli Maria do Nascimento – FSSO/UFAL

Conceito:

.....

Maceió, 06 de novembro de 2020.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo trazer à tona a problematização acerca da marca feminina no serviço social, de suas bases a atualidade. Demonstrando a importância de se entender a trajetória histórica do serviço social brasileiro e sua relação direta com a marca feminina na categoria e no público usuário. Também busca demonstrar a importância de se levantar assuntos como o papel do homem e o papel da mulher determinados na sociedade patriarcal-capitalista. O projeto foi executado através de pesquisas bibliográficas e quantitativas. Buscando dentre projetos e possibilidades perceber como o estudo da categoria gênero contribui com o processo de renovação profissional.

Palavras-chaves: Gênero. Serviço Social. Patriarcado. Formação Profissional. Divisão Sexual do Trabalho.

ABSTRACT

The present work has as objective to bring to the surface the problematization about the feminine mark in the social work, of its bases the actuality. Demonstrating the importance of understanding the historical trajectory of the Brazilian social work and its direct relationship with the female brand in the category and the public user. It also seeks to demonstrate the importance of raising issues such as the role of man and the role of women in the patriarchal-capitalist society. The project was carried out through bibliographic and quantitative research. Seeking among projects and possibilities to understand how the study of the gender category contributes to the process of professional renewal.

Key words: Gender. Social Work. Patriarchy. Professional qualification. Sexual Division of Labor.

LISTA DE SIGLAS

ABAS	Associação Brasileira de Assistência Social
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS	Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CEAS	Conselho Estadual de Assistência Social
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
FMI	Fundo Monetário Internacional
GGB	Grupo Gay da Bahia
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LGBT+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros
ONGs	Organizações Não Governamentais
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	PATRIARCADO, GÊNERO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO	10
2.1	Patriarcado.....	10
2.2	Gênero.....	13
2.3	Divisão sexual do trabalho	17
3	TRAJETÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL.....	24
3.1	Capitalismo monopolista.....	24
3.2	O Serviço Social brasileiro.....	29
4	SERVIÇO SOCIAL, PROJETO ÉTICO-POLÍTICO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM INTERFACE COM A CATEGORIA GÊNERO.....	43
4.1	Gênero e Serviço Social: problematizando a marca feminina da profissão.....	43
4.2	Gênero e as dimensões normativas do Projeto Ético-político do Serviço Social	49
4.2.1	Projeto Ético-político.....	49
4.2.2	Código de Ética de 1993	51
4.2.3	Lei de Regulamentação da Profissão	53
4.2.4	Diretrizes Curriculares de 1998	55
4.2.5	Gênero na formação e atuação do Serviço Social: um compromisso profissional ..	56
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
	REFERÊNCIAS.....	62

1 INTRODUÇÃO

O serviço social brasileiro tendo sua história inicialmente construída sob as bases da Igreja Católica e dos preceitos das damas de caridade, possui uma forte marca feminina que ocorre não de um processo natural, mas de um processo histórico e social que possui raízes profundas que antecedem sua própria origem na passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista.

Sendo uma profissão historicamente construída e constituída por mulheres e que tem público usuário composto majoritariamente por mulheres, se faz fundamental ao Serviço Social a compreensão das bases da opressão e hierarquização dos sexos. Compreender que a marca feminina na profissão não se dá de forma natural e a-histórica, e sim, possui uma base material, e pensar que enquanto inseridas (os) na divisão sexual do trabalho também sofrem os impactos da apropriação do trabalho tido como feminino no sistema patriarcal o qual se apropria o capitalismo; tendo em vista a não reproduzir e reforçar a opressão e subalternização da mulher na sociedade.

O trabalho de conclusão de curso “Gênero e serviço social” objetiva levantar a problematização acerca da marca feminina na profissão, analisando fatores históricos, políticos, sociais e ideológicos, que constituíram suas bases e evidenciar o que é posto na atualidade. Tal temática possui relevância para a categoria e pode contribuir de forma sucinta e acessível trazendo uma aproximação da problemática que ainda não é tão trabalhada na graduação, além de ser um tema apenas recentemente discutido e que cada vez mais vêm trazendo demandas à categoria profissional.

A metodologia utilizada no trabalho consistiu em pesquisas bibliográficas, bem como foi fruto de uma inquietação ao longo minha trajetória acadêmica, onde pude perceber lacunas não muito preenchidas e uma necessidade imensa de compreender mais profundamente certos aspectos da formação e atuação profissional.

O trabalho está dividido em três capítulos, onde no primeiro capítulo “Patriarcado, Gênero e Divisão Sexual Do Trabalho” foi trabalhado de forma concisa cada uma das categorias, desde terminologias à fatores históricos e ideológicos em relação a constituição das mesmas, de modo a apontar por meio de uma perspectiva crítica, a presente lógica de dominação e exploração e suas particularidades na sociedade capitalista, relacionando-as com o serviço social e evidenciando-as nos capítulos subsequentes.

No segundo capítulo “Trajetória Histórica Do Serviço Social no Brasil” há uma rápida abordagem histórica sobre o capitalismo monopolista e o cenário de transformações

econômico-sociais e políticas ocorridas, de forma a introduzir o momento em que se originou o serviço social, para a seguir adentrar especificamente na história do serviço social brasileiro, os marcos históricos em sua constituição e construção ao longo das décadas à atualidade, salientando a marca feminina na profissão.

Por fim no terceiro e último capítulo chamado “Serviço Social, Projeto Ético-Político e Formação Profissional em Interface Com a Categoria Gênero” foi trazida a problematização da marca feminina na profissão, a categoria gênero nas dimensões normativas do projeto ético-político do serviço social e enfatizado o compromisso profissional na formação e atuação do serviço social com questões e demandas que se relacionam à categoria gênero bem como as demais trabalhadas.

A articulação entre os conteúdos de cada um dos capítulos mencionados possibilita a compreensão dos aspectos históricos e as bases da dominação/exploração das mulheres na sociedade patriarcal-capitalista e as particularidades do serviço social que emerge e se constitui diante desse cenário, como uma profissão de mulheres e para mulheres, com uma forte marca feminina que perdura até os dias atuais.

2 PATRIARCADO, GÊNERO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

2.1 Patriarcado

O patriarcado se constitui junto com as sociedades de classes como um sistema de poder, dominação exploração, e traz em sua lógica organizativa a necessidade da supremacia masculina, que resulta em uma série de desigualdades e formas de opressão que são funcionais a ela. Sendo originado nas sociedades de classe, é anterior ao capitalismo, mas nesse modo de produção assume formas particulares.

Segundo Christine Delphy (2009) “Patriarcado” é uma palavra muito antiga, que tem seu sentido modificado por volta do fim do século XIX através das primeiras teorias dos “estágios” evolutivos das sociedades, e que se modifica novamente no final do século XX, por meio da “segunda onda” do feminismo dos anos 1970 no Ocidente. Nessa acepção feminista, o patriarcado designa uma formação social em que os homens são os detentores do poder, sendo assim, quase sinônimo de “dominação masculina” ou de opressão das mulheres; essas expressões do feminismo da década de 1970 referem-se ao mesmo objeto, designado na época precedente por “condição feminina” ou “subordinação da mulher”. Antes do século XIX o patriarcado e os patriarcas designavam os dignitários da Igreja, os primeiros chefes de família, homens que viveram antes ou depois do dilúvio.

Na história semântica o sentido religioso é o primeiro a ser citado pelos dicionários franceses; mas em contrapartida, nos dicionários ingleses consta o sentido feminista como primeira acepção. A palavra “Patriarcado” vem da combinação das palavras gregas pater (pai) e arkhe (origem e comando), sendo literalmente a autoridade do pai, comportando um significado de dominação e autoridade sobre a família (DELPHY, 2009).

Saffioti (2015) por meio do pensamento de Johnson destaca dois fatores históricos que marcaram as bases de constituição do patriarcado: a produção do excedente econômico, cerca de 11 mil anos atrás — origem da propriedade privada e exploração do homem pelo homem —; e a descoberta de que o homem era imprescindível para a procriação, o que dará poder de dominação ao homem.

O desmoronamento do direito materno, a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo. O homem apoderou-se também da direção da casa; a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de reprodução. Essa baixa condição da mulher, manifestada sobretudo entre os gregos dos tempos heróicos e, ainda mais, entre os dos tempos clássicos, tem sido gradualmente retocada, dissimulada e, em certos lugares, até revestida de formas de maior suavidade, mas de maneira alguma suprimida (ENGELS, 1984, p. 61).

É perceptível que o patriarcado possui uma base material e configura uma relação hierárquica que permeia todos os espaços da sociedade, representando uma estrutura de poder baseada na ideologia e violência e que dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres de maneira quase que irrestrita e que não se trata de uma relação privada, mas civil. (SAFFIOTI, 2015).

Sendo o patriarcado anterior ao capitalismo, pode-se afirmar que a opressão das mulheres não surge nesse modo de produção, mas nele adquire traços particulares, pois o capitalismo se apropria do patriarcado como um aliado indispensável para suas formas de dominação, exploração e opressão.

Se o patriarcado fosse regido por leis específicas, independentes das leis capitalistas, o homem continuaria a ser o único provedor das necessidades da família, não havendo mulher trabalhando remuneradamente. Pelo menos, não haveria mulher trabalhando fora do lar, podendo ganhar algum dinheiro com trabalho no domicílio. Ora, foi o capitalismo que, com a separação entre o local de moradia e o local de trabalho, criou a possibilidade de as mulheres saírem de casa para trabalhar. Isto não significa que as mulheres, antes do advento do capitalismo, fossem ociosas. Ao contrário, trabalhavam na produção e conservação dos alimentos, teciam, confeccionavam roupas, enfim, realizavam atividades hoje executadas pela indústria. A medida que estas atividades foram sendo industrializadas, as mulheres tiveram necessidade de sair de casa para ganhar seu sustento e o de seus dependentes, ou, então, para colaborar no orçamento doméstico. Assim, é correto afirmar-se que as mulheres se transformam, crescentemente, em trabalhadoras extraluar. Não é correto dizer-se que as mulheres penetraram no mundo do trabalho a partir do advento do capitalismo, pois isto significaria que elas não exerciam tarefas produtivas em outros regimes. Nestes, que precederam historicamente o capitalismo, não apenas as mulheres, mas também os homens desenvolviam muitas atividades-trabalho no interior da casa e em seus arredores. Além das atividades desenvolvidas no seio da família, há que se mencionar o trabalho agrícola, realizado, na época, nas imediações da casa, uma vez que as sociedades de então eram eminentemente agrárias (SAFFIOTI, 1987, p. 61-62).

O sistema capitalista-patriarcal se beneficia da dominação sobre as mulheres, e usa de seus aparados ideológicos (Igreja, Família, Escola, Estado, Mídia etc.) como auxílio para legitimar sua dominação/exploração. E há na sociedade a frequente afirmação de que a

mulher é a maior responsável pela transmissão de comportamentos que reforçam essa lógica de dominação, culpabilizando-as. A respeito desse fato, explana Saffioti:

[...] Esta afirmação é extremamente perigosa. Culpabilizam-se as mulheres por quase tudo que sai errado na família. A mulher, ainda que possa ter consciência de sua não-responsabilidade, assume a culpa, uma vez que foi treinada no masoquismo, foi socializada para assumir: o papel de vítima, foi ensinada a sofrer em silêncio. Aquela afirmação aumenta, sem dúvida, o sentimento de culpa das mulheres. E não se trata de culpabilizar alguém por condutas, cujos significados ideológicos escapam a consciência da pessoa. Ao contrário, trata-se de conscientizar homens e mulheres dos malefícios que o patriarcado-racismo-capitalismo acarreta para ambos, sobretudo para os que integram as classes subalternas (SAFFIOTI, 1989, p. 63).

As pessoas mais atingidas por esse sistema são, sem sombra de dúvidas, as mulheres negras pertencentes à classe trabalhadora, pois sua dominação, exploração e opressão que se dá pelo fato de existirem, como mulheres, pela cor de sua pele e por sua condição de classe.

Segundo Saffioti (2015) a sociedade comporta três contradições fundamentais, que devem ser consideradas: a de gênero, a de raça/etnia e a de classe. Ao longo da história o patriarcado foi fundindo-se com o racismo e posteriormente com o capitalismo, e esse nó formado pelo patriarcado-racismo-capitalismo constitui uma realidade bastante nova, construída nos séculos XVI-XVIII e que é regida por uma lógica contraditória.

As classes dominantes usufruem da simbiose dos três sistemas de dominação-exploração, na medida em que esta simbiose consolida o poder do macho branco e adulto. Às mulheres das classes privilegiadas é dado o direito de usufruir da riqueza que possuem, riqueza esta amealhada graças à exploração das classes trabalhadoras em geral, e especificamente da mais intensa exploração de mulheres e negros destas camadas. Mais do que isto, a burguesia for mula normas de conduta através das quais subordina os trabalhadores, mas não se submete a elas. Esta é uma verdade válida para todos os campos da vida humana, dela não escapando o terreno sexual (SAFFIOTI, 1989, p. 63).

O sistema patriarcal e sua ideologia se fazem presentes em toda a sociedade, perpassa todas as relações humanas. Essa ideologia é absorvida pelo Estado, religião, educação, cultura, família, mídias e etc., o que reforça ainda mais essa relação de dominação masculina versus submissão feminina.

Essa formação social do patriarcado legitimado na “família tradicional burguesa” cumpre, por meio desse aparato, um importante papel ideológico, difundindo os valores conservadores presentes em sua estrutura e mascarando todas as formas de opressão e

violências. Desde a infância as crianças são tratadas e educadas de forma diferente, meninos e meninas passam por uma verdadeira doutrinação, e papéis são impostos desde a mais tenra infância.

No seio da família, a dominação masculina pode ser observada em praticamente todas as atitudes. Ainda que a mulher trabalhe fora de casa em troca de um salário, cabe-lhe realizar todas as tarefas domésticas. Como, de acordo com o modelo, os afazeres domésticos são considerados "coisas de mulher", o homem raramente se dispõe a colaborar para tornar menos dura a vida de sua companheira. Não raro, ainda se faz servir, julgando-se no direito de estrilar se o jantar não sai a seu gosto ou se sua mulher não chega a tempo, trazendo-lhe os chinelos. Isto posto, pode-se concluir que o patriarcado não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração. Enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos político e ideológico, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico (SAFFIOTTI, 1989, p. 50).

Ao longo do tempo o patriarcado vai adquirindo novas faces e roupagens, apresentando diferentes níveis de dominação e exploração, sendo assim, a compreensão dessa estrutura e de seu movimento na sociedade é de extrema relevância para entender a hierarquização entre os sexos, seus desdobramentos e categorias com as quais se relaciona, como veremos nos itens subsequentes.

2.2 Gênero

A primeira pessoa a mencionar e a conceituar gênero foi o estudioso Robert Stoller, em 1968, mas esses estudos só frutificaram a partir do ano de 1975 por meio do artigo da estudiosa Gayle Rubin, que afirma que o conceito de sistema de sexo/gênero é neutro. O conceito de gênero tem sua origem na academia estadunidense, e foi difundido por teóricas de instituições e agências de cooperação internacional. Em sua absoluta maioria foi utilizado em uma perspectiva culturalista, difundindo uma análise individualizada e Idealista acerca das relações entre homens e mulheres. Sendo um conceito polissêmico utilizado por diversas perspectivas teóricas e que por si só não é segura uma perspectiva crítica, sendo, portanto, necessário demarcar teoricamente os fundamentos estruturais que o determinam, no seio das relações antagônicas do sistema patriarcal-capitalista-racista (SAFFIOTTI, 2015; CISNE, 2015).

Segundo Toledo (2010) a desigualdade entre gêneros como a criação cultural só pode ser assim formulada em uma sociedade onde há dominantes e dominados, esse último sendo

cumprindo pela mulher enquanto função social e econômica. A restrição dessa problemática é uma questão de gênero pode mascarar os determinantes econômicos e sociais que separam homens e mulheres, desconsiderando as diferenças de classe. A questão de gênero se manifesta de forma distinta em cada classe social e, portanto, não deve ser tratada de forma globalizada. Apesar de todas as mulheres sofrem com essa problemática, sofrem de forma diferente de acordo com a classe social a que pertencem e suas “[...] saídas para as operações de distintas ordens no capitalismo não são individuais, mas coletivas, e como tal dependem diretamente das transformações operadas na estrutura econômica da sociedade” (TOLEDO, 2010, p. 10).

Ao ser difundido em contraposição a categoria sexo, sendo compreendido como algo apenas determinado biologicamente e desconsiderando suas determinações sócio-históricas; o gênero considerado resultante de uma construção social tende a reforçar uma naturalização dos papéis de gênero (CISNE, 2015).

De acordo com Saffiotti (2015) o conceito de gênero é aberto, não se resume a uma categoria de análise, não explicita as desigualdades entre homens e mulheres, e, na maioria das vezes a hierarquia existente é apenas presumida; cada feminista enfatiza determinados aspectos do gênero, e entre elas o consenso é de que o gênero é a construção social do masculino e do feminino. E para Scott (1988) o uso desse conceito pode revelar sua neutralidade na medida em que este não inclui desigualdades e poder como necessários.

Gênero é um conceito por demais palatável, porque é excessivamente geral, a-histórico, apolítico e pretensamente neutro. Exatamente em função de sua generalidade excessiva, apresenta grande grau de extensão, mas baixo nível de compreensão. O patriarcado ou ordem patriarcal de gênero, ao contrário, como vem explícito em seu nome, só se aplica a uma fase histórica, não tendo a pretensão da generalidade nem da neutralidade, e deixando propositadamente explícito o vetor de dominação-exploração (SAFFIOTTI, 2015, p. 148).

Saffiotti (2015) por meio de uma interpretação de gênero como o conjunto de normas modeladoras dos seres humanos em homens e mulheres, enfatiza que “[...] a desigualdade, longe de ser natural, é imposta pela tradição cultural, pelas estruturas de poder, pelos agentes envolvidos na trama de relações sociais. Nas relações entre homens e entre mulheres, a desigualdade de gênero não é dada, mas pode ser construída, e o é, com frequência” (p. 150).

Não parece justo, ao discorrer-se sobre as discriminações praticadas contra as mulheres, esquecer os homens. Como no processo de reprodução biológica, também no da reprodução social homens e mulheres são seres complementares. Numa sociedade em que as práticas cotidianas mutilam várias dimensões da personalidade feminina, existem também condutas impostas aos homens, que limitam extraordinariamente seu desenvolvimento. Em outros termos, a mulheres mutiladas correspondem, necessariamente, homens mutilados. E exatamente por isso que a luta das mulheres não diz respeito apenas a elas, mas também aos homens. Seria impensável pretender mudar comportamentos femininos sem redefinir os papéis masculinos. Mas, para que a luta por uma redefinição dos papéis de ambos seja travada adequadamente e alcance resultados positivos e preciso que se conheçam, pelo menos, as discriminações fundamentais de que é alvo, com frequência, a mulher (SAFFIOTI, 1987, 27).

As relações entre homens e mulheres constituem uma relação social antagônica e hierárquica que é correspondente e estruturante às relações de exploração e opressão no sistema patriarcal-capitalista e que, portanto, não são relações isoladas, e sim articulam-se aos conflitos de raça e classe.

É certo que o gênero não possui apenas sexo, mas possui raça, etnia, orientação sexual, idade etc. Essas diferenças e especificidades devem ser percebidas. No entanto, dentro desta sociedade, não podem ser vistas isoladas de suas macro-determinações, pois, por mais que o gênero uma as mulheres, a homossexualidade uma gays e lésbicas, a geração uma as (os) idosas (os) ou jovens etc., a classe irá dividi-las(os) dentro da ordem capital. Em outras palavras, a classe irá determinar como essas mais variadas expressões de opressões irão ser vivenciadas por esses sujeitos. Com certeza, de modo bastante diferenciado entre a classe trabalhadora e dominante (CISNE, 2015, 95-96).

Toledo (2010) aponta que é fato que existem diferenças biológicas entre homens e mulheres, mas não é isso que determina a desigualdade entre eles no capitalismo, a estratégia desse sistema é aproveitar-se dessa diferença para manter a mulher submetida e melhor explorar seu papel na sociedade. E é nesse sentido que o Marxismo por meio da identificação de que a raiz da opressão da mulher é econômica e não ideológica ou cultural, que conseguiu dar uma resposta concreta a esse problema, proporcionando uma base materialista científica para a emancipação feminina, demonstrando que o caminho para conseguir essa emancipação é a abolição da propriedade privada, sendo essa a “[...] única forma de proporcionar as bases materiais para transferir à sociedade em seu conjunto as responsabilidades domésticas e familiares que recaem sobre os ombros da mulher.” (TOLEDO, 2010, p. 14).

As relações de gênero são relações de dominação e exploração entre homens e mulheres, mas se faz importante perceber que:

A sociedade não está dividida entre homens dominadores de um lado e mulheres subordinadas de outro. Há homens que dominam outros homens, mulheres que dominam outras mulheres e mulheres que dominam homens. Isto equivale a dizer que o Patriarcado, sistema de relações sociais que garante a subordinação da mulher ao homem, não constitui o único princípio estruturador da sociedade brasileira. A divisão da população em classes sociais, profundamente desiguais quanto as oportunidades de "vencer na vida", representa outra fonte de dominação, considerada absolutamente legítima pelos poderosos e por aqueles que se proclamam neutros, o mesmo se passando com as diferenças raciais e ou étnicas. [...] De modo geral, contudo, a supremacia masculina perpassa todas as classes sociais, estando também presente no campo da discriminação racial. Ainda que a supremacia dos ricos e brancos tome mais complexa a percepção da dominação das mulheres pelos homens, não se pode negar que a última colocada na "ordem das bicadas" é uma mulher. Na sociedade brasileira, esta última posição é ocupada por mulheres negras e pobres. O poder do macho, embora apresentando várias nuances, está presente nas classes dominantes e nas subalternas, nos contingentes populacionais brancos e não-brancos. Uma mulher que, em decorrência de sua riqueza, domina muitos homens e mulheres, sujeita-se ao jugo de um homem, seja seu pai ou seu companheiro. Assim, via de regra, a mulher é subordinada ao homem. Homens subjugados no reino do trabalho por uma ou mais mulheres detêm poder junto a outras mulheres na relação amorosa (SAFFIOTI, 1986, p. 16).

Desse modo, pode-se compreender que analisar o antagonismo de classes é indispensável para entender a importância de não generalizar a forma de opressão a que estão submetidas as mulheres, pois essas opressões serão vivenciadas de formas diferentes — mesmo todas sofrendo discriminação e opressão de gênero.

É necessário analisar gênero no bojo da contradição entre capital e trabalho e das forças sociais conflitantes das classes fundamentais que determinam essa contradição. Sendo a contradição o foco das desigualdades sociais, e o conflito a luta entre as classes sociais (o que determina o movimento da sociedade, ou como diria Marx: o motor da história), faz-se imprescindível relacionar a luta das mulheres como um movimento legítimo contra as desigualdades, na e com a classe trabalhadora (CISNE, 2015, p. 97).

A categoria gênero analisada a partir de uma teoria marxista permite a compreensão da necessidade de uma análise histórica dessa categoria em conjunto com a cultura e a sociedade, de forma inter-relacionada com as demais relações sociais, para dessa forma ser percebida para além de uma construção cultural, uma vez que a cultura não é natural, e que todos os aspectos constitutivos perpassam pelo interesse do capital.

2.3 Divisão Sexual do Trabalho

A divisão sexual do trabalho se constitui em uma das formas centrais de exploração do capital sobre o trabalho, pois segmenta e hierarquiza os trabalhos de homens e mulheres, subalternizando os considerados naturalmente femininos em relação aos considerados masculinos.

As condições de vida e trabalho de homens e mulheres não são produtos de um destino natural e biológico, são construções sociais. Homens e mulheres formam dois grupos sociais que se inserem em uma relação social específica: as relações sociais de sexo. E estas, assim como todas as relações sociais, possuem uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem através da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada de: divisão sexual do trabalho (KERGOAT, 1989).

A divisão sexual do trabalho é resultado de um sistema patriarcal-capitalista que divide e hierarquiza os sexos, desvalorizando e conferindo às mulheres baixo prestígio social, trabalhos precarizados e menor remunerados. Portanto, o acesso das mulheres às profissões adequadas ao sexo feminino não se dá naturalmente, e uma atividade tida como especificamente masculina em uma sociedade pode ser tida como feminina em outra (CISNE, 2015).

De um ponto de vista histórico, a estruturação atual da divisão sexual do trabalho (trabalho assalariado/trabalho doméstico; fábrica, escritório/família) apareceu simultaneamente com o capitalismo, a relação salarial só podendo surgir com a aparição do trabalho doméstico (deve-se notar de passagem que esta noção de trabalho doméstico não é nem a-histórica nem transistórica; ao contrário, sua gênese é datada historicamente). Do nascimento do capitalismo ao período atual, as modalidades desta divisão do trabalho entre os sexos, tanto no assalariamento quanto no trabalho doméstico, evoluem no tempo de maneira concomitante às relações de produção (KERGOAT, 1989, p. 95).

Segundo Hirata (2010), ao falar sobre a Divisão Sexual do Trabalho, se faz necessário realizar duas observações prévias: a primeira refere-se ao conceito de trabalho, que na divisão sexual do trabalho possui um conceito ampliado, que inclui o trabalho profissional e doméstico, formal e informal, remunerado e não remunerado. Remete, portanto ao universo do trabalho profissional e doméstico, e tanto do trabalho assalariado quanto do trabalho gratuito. A segunda observação diz respeito à indissociabilidade entre a divisão sexual do

saber e divisão sexual do poder, não podendo ser discutida sem associar essa divisão à repartição do saber e do poder entre os sexos na sociedade e na família.

A divisão sexual do trabalho tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e sendo assim, os homens ocupam funções de forte valor social, como por exemplo, as funções militares, políticas e religiosas. Os princípios organizadores dessa lógica são: o da separação, ao dividirem os trabalhos que são pertencentes exclusivamente aos homens e às mulheres; e o da hierarquização, ao sobrepor o valor do trabalho realizado por homens em relação ao trabalho realizado pelas mulheres. A compreensão acerca dessa divisão surge a partir da tomada de consciência que tornou “evidente” que uma enorme massa de trabalho era realizada de maneira gratuita pelas mulheres; que esse trabalho era invisível, e que era feito não para si, mas para os outros, em nome do amor e do “dever maternal”, postos como qualidades femininas naturais (KERGOAT, 1989).

Homens e mulheres são educados dentro dessa lógica, e essa educação sexista influencia as pessoas a procurarem profissões que se enquadrem nas configurações do que é feminino e do que é masculino de acordo com a ideologia patriarcal, educando homens e mulheres de forma diferente e desigual, o que leva às mulheres a acreditarem que são possuidoras de uma essência que as torna naturalmente aptas para a realização de determinados trabalhos, e esses valores e qualidades de feminino atendem ao interesse patriarcal capitalista (CISNE, 2015).

Não obstante todas estas diferenças, que torna, a *vida de mulher* mais ou menos difícil, a responsabilidade última pela casa e pelos filhos é imputada ao elemento feminino. Torna-se, pois, clara a atribuição, por parte da sociedade, do espaço doméstico à mulher. Trabalhando em troca de um salário ou não, na fábrica, no escritório, na escola, no comércio, ou a domicílio, como é o caso de muitas mulheres que costuram, fazem crochê, tricô, doces e salgados, a mulher é socialmente responsável pela manutenção da ordem na residência e pela criação e educação dos filhos. Assim, por maiores que sejam as diferenças de renda encontradas no seio do contingente feminino, permanece esta identidade básica entre todas as mulheres. A sociedade investe muito na naturalização deste processo. Isto é, tenta fazer crer que a atribuição do espaço doméstico à mulher decorre de sua capacidade de ser mãe. De acordo com este pensamento, é natural que a mulher se dedique aos afazeres domésticos, aí compreendida a socialização dos filhos, como é natural sua capacidade de conceber e dar à luz.

Gama (2014, p.37) afirma que,

[...] a separação entre a família e o trabalho forneceu os termos de explicação que constituíram o trabalho remunerado feminino como um "problema" cujos efeitos podem ser percebidos na naturalização de diferenças entre homens e mulheres, legitimando e institucionalizando essas diferenças como base para a organização social.

O trabalho externo e o trabalho no seio familiar são separados. O primeiro é definido com jornada de trabalho específica, no segundo caso não se determina um horário específico, tornando este processo, das atividades consideradas “domesticas”, um processo sem começo e fim estabelecidos. Ademais, a ideia de “trabalho familiar/doméstico”, vista pela sociedade não “merece” qualificação, status ou remuneração, pois, com base nesta ideia, esta deriva da natureza feminina, sendo um trabalho de pouca valorização e até mesmo inferiorizado.

O trabalho doméstico pode ser compreendido por meio de uma definição ampla como um conjunto de atividades relacionadas ao cuidado com as pessoas ou com a casa, que são executadas no contexto da família ou domicílio de forma gratuita e que é realizado essencialmente por mulheres, e que é posto como uma obrigação e até mesmo um “dom” da mulher, e não é valorizado como trabalho. E essa responsabilização da mulher pela reprodução social é benéfica e ao capitalismo (GAMA, 2014).

Tanto a dona-de-casa, que deve trazer a residência segundo o gosto do marido, quanto a trabalhadora assalariada, que acumula duas jornadas de trabalho, são objeto da exploração do homem, no plano da família. Na qualidade de trabalhadora discriminada, obrigada a aceitar menores salários, a mulher e, no plano mais geral da sociedade, alvo da exploração do empresário capitalista. Desta sorte, fica patente a dupla dimensão do patriarcado: a dominação e a exploração. [...] Todos os tipos de discriminação favorecem a maior exploração por parte dos empregadores. Isto pode ser observado não apenas no que tange ao preconceito de sexo, mas também no que respeita as discriminações raciais (SAFFIOTI, 1987, p. 51).

A ideologia dominante impõe o que é permitido e obrigatório a homens e mulheres no âmbito público e privado, o que acarreta uma série de consequências para ambos.

O macho é considerado o provedor das necessidades da família. Ainda que sua mulher possa trabalhar remuneradamente, contribuindo, desta forma, para o orçamento doméstico, cabe ao homem ganhar o maior salário a fim de se desincumbir de sua função de chefe. Logo, quer seja o único provedor das necessidades familiares, quer seja o principal deles, não lhe é permitido fracassar. A ideologia dominante impõe ao homem a necessidade de ter êxito econômico, independentemente do número de empregos oferecidos pela economia nacional, do grau de dependência do Brasil em relação as potencias altamente industrializadas, da intensidade da intervenção do Fundo

Monetário Internacional (FMI) na política econômica brasileira (SAFFIOTI, 1987, p. 24).

O trabalho doméstico e a família não podem ser isolados do conjunto dos instrumentos da reprodução social nem analisados independente da divisão sexual do trabalho, que opera na produção e reprodução das relações sociais. Pois na medida em que se amplia a mercantilização da sociedade, uma parte crescente do trabalho doméstico se converte em trabalho remunerado, havendo uma transferência da esfera doméstica para o mercado de trabalho, por meio de uma parte de tarefas reprodutivas como o serviço de cuidador infantil e da pessoa idosa, lavanderias, restaurantes, dentre outros (GAMA, 2014).

O processo de trabalho doméstico não remunerado produz valor de uso que será posteriormente consumido como tendo valor de troca a força de trabalho. Esse trabalho requer habilidades, conhecimentos, meios de produção particulares para realização de cada um dos seus produtos que, no cuidado com as crianças, contempla: gerar, parir, amamentar, preparar alimentos específicos, manter o ambiente limpo e a saúde, fortalecer e desenvolver o corpo, o intelecto, a socialização, o brincar, a educação formal para o trabalho (ou para a emancipação), os afetos. Logo, esse trabalho produz valor ponderado no interior da lógica de produção de valor. Daí a necessidade de se utilizar o trabalho doméstico não remunerado para ser interrogar a própria sociedade salarial, suas contradições e conflitos, como aqueles existentes entre a inserção produtiva e o cuidado na família (GAMA, 2014, 43-44).

A divisão sexual do trabalho, com a naturalização do trabalho doméstico realizado pelas mulheres, é reproduzida e utilizada para atender aos interesses da classe dominante, já que, para arcar com os custos de alimentação, limpeza, cuidados com a casa, crianças e idosos, caberia o aumento do salário dos/as trabalhadores/as ou o investimentos em espaços comunitários que oferecessem esses serviços e o investimento em educação em tempo integral, o que aumentaria consideravelmente os custos com a reprodução da força de trabalho, sem a qual não haveria produção trata-se, portanto, de uma relação de poder, de dominação sobre as mulheres. Sendo assim, falar em termos de divisão sexual do trabalho é ir além de uma simples constatação de desigualdades, é articular a descrição do real com uma reflexão crítica sobre os processos pelos quais a sociedade utiliza a diferenciação entre os sexos para hierarquizar essas atividades (HIRATA, 2010).

O debate em relação à divisão sexual do trabalho contém uma ordem política. Trata-se:

- 1) de compreender historicamente como as relações sociais tomaram corpo nas instituições e legislações (o casal, a família, a filiação, o trabalho, o Código Civil etc.) que têm por função cristalizar tudo, legitimando o estado das relações de força entre os grupos num momento dado (Scott, 1990); e
- 2) expor as novas tensões geradas na sociedade, procurando compreender como elas deslocam as questões e permitem potencialmente deslegitimar as regras, normas e representações que apresentam como grupos “naturais” os grupos sociais constituídos em torno dessas questões. Em síntese, é poder pensar a utopia enquanto se analisa o funcionamento do social (KERGOAT, 2009, p. 72-73).

A forma de exploração do trabalho da mulher se dá de forma acentuada com relação a exploração do homem, para compreender esse fato é indispensável analisar a divisão sexual, pois a opressão e exploração das mulheres é parte constitutiva no desenrolar do antagonismo de classe.

[...] as análises de gênero não devem descrever as classificações/categorizações (ser homem, ser mulher), mas identificar como os significados atribuídos a essas interferem e contribuem na construção do mundo do trabalho. É necessário perceber que a feminização do trabalho, explícita numa análise crítica da divisão sexual do trabalho, implica em determinações relevantes para a produção e para a reprodução do capital, que, para tanto, desenvolve uma superexploração sobre o trabalho e sobre as atividades desenvolvidas por mulheres, tanto da esfera pública quanto privada na esfera privada. Na esfera privada, pela utilização/responsabilização da mulher pela garantia da reprodução social, o que possibilita a produção social ser realizada com custo menor; na esfera pública pela desvalorização, subordinação, exploração intensificada (por exemplo, baixos salários) e desprestígio os presentes no mundo produtivo (CISNE, 2015, p. 120).

A não valorização do trabalho faz com que muitas mulheres não se percebam como trabalhadoras, e assim não construindo uma identidade com a sua classe, o que faz com que algumas mulheres não se organizem e nem participem politicamente das lutas da classe trabalhadora, deixando de assumir cargos em associações e sindicatos ou na direção de movimentos sociais, fato este que contribui diretamente com capital, pois significa menos pessoas em confronto com esse sistema. Isso não se dá de forma isolada, pois as responsabilidades domésticas reduzem o tempo livre das mulheres para atividades políticas, e, além disso, a cultura sexista de adequação das mulheres aos limites do privado atende diretamente aos interesses do capital, já que diminui significativamente o curso da força de trabalho (CISNE, 2015).

Essa consubstancialidade das relações sociais permite compreender a natureza das fortes turbulências que hoje incidem sobre a divisão sexual do trabalho. Dois exemplos:

1) Diante da precarização e da flexibilização do emprego, o aparecimento e o desenvolvimento dos “nomadismos sexuais” (Kergoat, 1998): nomadismos no tempo para as mulheres (o grande aumento do trabalho em tempo parcial geralmente associado à concentração de horas de trabalho dispersas na jornada ou na semana); nomadismos no espaço para os homens (temporários, canteiros de obras públicas e do nuclear para os operários, a banalização e a multiplicação dos deslocamentos profissionais dos altos executivos, na Europa e no mundo). Aqui se vê bem como a divisão sexual do trabalho e do emprego e, de maneira recíproca, a flexibilização, podem reforçar as formas mais estereotipadas das relações sociais de sexo.

2) O segundo exemplo é a dualização do emprego feminino, o que ilustra bem o cruzamento das relações sociais. Desde o começo dos anos 80, o número de mulheres contabilizadas pelo INSEE como “executivas e profissionais diplomadas do ensino superior” mais do que dobrou: cerca de 10% das mulheres ativas estão atualmente nessa categoria. Ao lado da precarização e da pobreza de um número crescente de mulheres (que representam 46% da população ativa, mas 52% dos desempregados e 79% dos baixos salários), assistimos a um aumento dos capitais econômicos, culturais e sociais de uma proporção de mulheres ativas que não pode ser desconsiderada. Vemos surgir, assim, pela primeira vez na história do capitalismo, uma camada de mulheres cujos interesses diretos (não mediados como antes pelos homens: pais, esposos, amantes etc.) se opõem frontalmente aos interesses daquelas abrangidas pela generalização do tempo parcial, dos empregos muito mal remunerados e não reconhecidos socialmente e, em geral, mais atingidas pela precariedade (KERGOAT, 2009, p. 74-75).

Mesmo com as mudanças ocorridas, a maior parte da atividade feminina continua concentrada em setores de serviços pessoais, saúde e educação. Porém essa nova tendência a uma diversificação das funções demonstra a presença de um quadro de bipolarização, onde num extremo, aparecem profissionais altamente qualificadas, trabalhando como médicas, engenheiras, gerentes, advogadas, arquitetas, juízas, etc. com salários relativamente bons e, no outro extremo, trabalhadoras ditas de “baixa qualificação”, com baixos salários, e executando tarefas sem reconhecimento nem valorização social (HIRATA, 2002).

As conseqüências dessa evolução da atividade feminina são múltiplas, mas pode-se dizer que uma das mais importantes consiste no fato de que este modelo de trabalho precário, vulnerável e flexível pode constituir um modelo que prefigura um regime por vir de assalariamento masculino e feminino. Dito de outra maneira, as trabalhadoras podem ser vistas como cobaias para o dismantelamento das normas de emprego predominantes até então. Um cenário possível neste contexto seria a extensão ou a generalização deste modelo a toda a população ativa, inclusive a masculina. As mulheres podem ser mais facilmente “cobaias” de experimentações sociais porque são menos protegidas, tanto pela legislação do trabalho quanto pelas organizações sindicais, e são mais vulneráveis. Embora o cenário mais provável seja o de uma dupla segmentação, com a constituição de dois segmentos do emprego masculino e dois segmentos do emprego feminino, um estabilizado, outro precarizado, a força dissuasiva e de pressão

sobre salários, condições de trabalho e de negociação dos trabalhadores de ambos os sexos parece evidente (HIRATA, 2012, p. 144).

A análise da divisão sexual do trabalho é de extrema importância, uma vez que, permite perceber as nuances da exploração capitalista, e a partir desse ponto refletir sobre as opressões e naturalizações presentes na sociedade por meio de uma perspectiva crítica, que englobe os desdobramentos históricos, políticos, econômicos e sociais dessa categoria.

Desse modo, a partir de uma análise mais aprofundada acerca das categorias: patriarcado, gênero e divisão sexual do trabalho aqui explicitadas, se faz possível compreender as bases da formação majoritariamente feminina que compõem o serviço social – do início da profissão à atualidade, abordadas nos próximos capítulos.

3 TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

3.1 Capitalismo Monopolista

O modo de produção capitalista funda-se na divisão da sociedade em duas classes essenciais: a dos detentores dos meios de produção e compradores de força de trabalho, - a burguesia; e a dos que são obrigados a vender sua força de trabalho por não possuírem acesso aos meios de produção, - o proletariado. E dessa forma, reproduz por meio de tais relações sociais, as condições essenciais para a sua existência, como aponta Marx:

O processo de produção capitalista reproduz [...], mediante seu próprio procedimento, a separação entre força de trabalho e condições de trabalho. Ele reproduz e perpetua, com isso, as condições de exploração do trabalhador. Obriga constantemente o trabalhador a vender sua força de trabalho para viver e capacita constantemente o capitalista a compra-la para se enriquecer. [...] O processo de produção capitalista, considerado como um todo articulado ou como processo de reprodução, produz, por conseguinte não apenas a mercadoria, não apenas a mais-valia, mas produz e reproduz a própria relação capital, de um lado o capitalista, do outro o trabalhador assalariado (MARX, 1984, p. 161).

No Capitalismo a sociabilidade humana se defronta com grandes mudanças históricas, a política e a economia passam por importantes transformações; o Estado é retirado da economia e o mercado passa a gerencia-la, nessa forma de sociabilidade ocorre ainda o processo denominado por Marx de “emancipação política”, na qual os indivíduos são tidos como cidadãos iguais e suas desigualdades advindas da exploração do trabalho pelo capital são desconsideradas, desse modo é velado o conteúdo de classe do Estado, e este aparece como neutro frente aos conflitos.

A democracia constitui-se numa eficiente forma de domínio da sociedade por meio do mercado, já que o Estado é controlado pelo capital, e este, livre para controlar a reprodução da sociedade; o modelo de produção visa o lucro produzido pela mais-valia e há uma generalização do mercado na qual todos os elementos existentes tornam-se e são reduzidos à mercadoria - inclusive a vida humana, como apontam Lessa e Tonet “[...] na medida em que o Estado ignora as reais desigualdades entre os indivíduos, ele na verdade permite ao capitalista a maior liberdade para explorar os trabalhadores e proletários” (2012, p. 48).

Assim:

Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e a energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva do seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é desenvolvida pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza. [...] quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial (MARX, 1984, p. 209).

A pobreza crescia à medida que a sociedade se desenvolvia e tornava-se capaz de produzir bens e serviços. O rápido e intenso desenvolvimento das forças produtivas, as modificações na economia, a expansão dos mercados, a urbanização e o processo de industrialização impactaram profundamente e refletiam-se cotidianamente na vida dos trabalhadores.

O capitalismo cria uma classe operária urbana com suas necessidades não atendidas e um imenso fosso entre as condições de vida e os interesses entre o operariado e a burguesia que possui os meios para contratá-lo. A concorrência da máquina havia gerado excedente de mão-de-obra, rebaixamento dos salários e ampliação da jornada de trabalho acima da capacidade física dos trabalhadores. A pauperização do trabalhador, de caráter absoluto na medida em que o expropria de condições materiais e espirituais de existência, gera riqueza aos expropriadores, mediante a extração da mais-valia. É um processo de acumulação capitalista resultante da industrialização e impõe o ingresso da família do trabalhador no mercado de trabalho para ampliação da renda, em função de assegurar a reprodução social do trabalhador e de sua família. [...] (COSTA, 2011, p. 173).

Surge no capitalismo algo muito distinto da pobreza existente anteriormente, que era relacionada à escassez, a sociedade agora é capaz de produzir muito mais do que necessário, a manutenção da riqueza de uns em detrimento da pobreza de outros tornava-se cada vez mais voraz, e o empobrecimento da classe trabalhadora cada vez mais visível.

Segundo Paulo Netto (2007) a expressão “questão social” surge na terceira década do século XIX para dar conta exatamente desse fenômeno que foi denominado de pauperismo. As condições econômico-sociais e políticas nas quais se deu o surgimento da questão social estão intimamente vinculadas ao intenso desenvolvimento das forças produtivas, com a expansão industrial e a ampliação dos mercados no século XIX, emergindo ao longo da luta operária, nas lutas sociais, onde a classe trabalhadora reivindica melhores condições de trabalho e vida. Ela se expressa no empobrecimento dos trabalhadores – originalmente, e é reconhecida como um problema, quando esses trabalhadores empobrecidos passam a se organizarem como classe e reivindicam melhores condições de vida, oferecendo resistência às

condições de vida que lhes são impostas pelo capital.

A primeira forma de enfrentamento da questão social deu-se através de práticas assistencialistas e moralizantes da Igreja Católica, e posteriormente de ações repressivas do Estado burguês, que segundo Paulo Netto e Braz (2011) limitavam-se a assegurar as condições externas para a acumulação capitalista – a manutenção da propriedade privada e da ordem pública, ou seja, o papel de garantir os interesses do capital. Ao longo das lutas operárias ocorridas entre os anos vinte e quarenta do século XIX e principalmente após os eventos revolucionários de 1848, o conservadorismo burguês passa a ter um ideal de reformismo, deixando de se opor a medidas estatais que pudessem oferecer as mínimas condições de sobrevivência da classe trabalhadora, reduzissem os efeitos de sua exploração, e que assim garantissem seus interesses e não interferissem na ordem capitalista.

O sistema capitalista vinha passando por uma série de transformações ao longo do século XIX e esse processo de desenvolvimento e expansão da sociedade criou as possibilidades para o surgimento do “Capitalismo Monopolista”, nessa fase, o capitalismo ao mesmo tempo em que potencializa as contradições já existentes na fase concorrencial, as combina com novas contradições e antagonismos.

Essa fase dos monopólios, estágio denominado por Lênin (1916) de “imperialismo”, traz mudanças significativas na dinâmica da sociedade, é um período em que a sociedade burguesa alcança a sua fase madura e que segundo Netto “[...] alavanca ainda mais as contradições sociais, recoloca, em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições que confere a ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica” (NETTO, 2007, p. 19).

As funções políticas do Estado estabelecem uma estreita ligação com suas funções econômicas e este atua como instrumento de organização da economia, operando como um administrador dos ciclos de crise, sua finalidade econômica é de ser o “comitê executivo” da burguesia e operar para propiciar as condições necessárias à acumulação e à valorização do capital monopolista, e nesse período a preservação e controle contínuos da força de trabalho – ocupada e excedente - é uma função estatal de primeira ordem (NETTO, 2007).

O modelo monopolista introduz diversos fenômenos na dinâmica econômica capitalista, nessa fase há uma tendência de crescimento progressivo nos preços das mercadorias e serviços, aumento da taxa de afluência de trabalhadores ao exército industrial de reserva, o acréscimo dos lucros capitalistas através do controle dos mercados – já que nessa fase há uma fusão dos capitais monopolistas industriais e bancários onde grupos capitalistas controlam ramos industriais inteiros se unem e passam a ter o controle da

produção –, e dessa maneira alteram-se profundamente as relações sociais, políticas e econômicas, modificam-se os processos de trabalho, os hábitos de consumo, as práticas estatais (NETTO; BRAZ, 2011).

As contradições do modo de produção capitalista vão tornando-se cada vez mais evidentes à medida que este avança e se desenvolve.

Em sua fase clássica, o Imperialismo sofreu crises intensas, sendo a crise de 1929 a de maior magnitude, que atingiu a economia mundial assim, obrigou os dirigentes capitalistas a pensarem novas alternativas político-econômicas, além disso, havia o medo da disseminação do socialismo e da organização da classe trabalhadora.

[...] a crise de 1929 revelou que novas modalidades interventivas tornavam-se necessárias: fazia-se imperativa uma intervenção que envolvesse as *condições gerais* da produção e da acumulação. Essa era uma exigência estritamente econômica; mas o contexto sociopolítico em que ela se punha condicionou largamente a modalidade em que foi implementada (NETTO, BRAZ, 2011, p. 205).

Surge então uma face humanitária do Estado, de interesse apenas aparente para com os/as trabalhadores/as, de responsabilidade social contraditória, com tendência a culpabilizar os indivíduos por seu destino pessoal, investe-se em medidas imediatistas, fragmentadas e pontuais para combater superficialmente as refrações da questão social construídas ao longo da história.

Essa nova configuração estatal teve por base o modelo de Estado proposto por Keynes, que defendia a intervenção estatal visando reativar a produção, preocupava-se com saídas democráticas da crise e considerava insuficiente a lei dos mercados. Ao keynesianismo agregou-se o modelo produtivo Taylorista-Fordista, que tem como características a produção de mercadorias em larga escala, a produção e o consumo em massa, o controle sobre o modo de vida e consumo dos/as trabalhadores/as no sentido de serem compatíveis com os interesses das empresas capitalistas (BEHRING; BOSCHETTI, 2010).

O empenho do Estado a serviço dos monopólios para legitimar-se é visível no seu reconhecimento dos direitos sociais – que juntamente com os direitos civis e políticos, constituem a “cidadania moderna”. A consequência desse reconhecimento, resultado da pressão dos/as trabalhadores/as, foi a consolidação de políticas sociais e a ampliação da sua abrangência, na configuração de um conjunto de instituições que dariam forma aos vários modelos de Estado de bem-estar social - *Welfare State*. Nesses modelos, a orientação macroeconômica de matriz keynesiana conjugada à organização da produção taylorista-

fordista alcançou o seu apogeu: durante os “anos dourados”, o capitalismo monopolista vinculou o grande dinamismo econômico com a garantia de expressivos direitos sociais e o fez no marco de sociedades nas quais tinham vigência instituições políticas democráticas, respaldadas por ativa ação sindical e pela presença de partidos políticos de massas (NETTO, 2007).

Nesse momento o Estado é obrigado não só a assegurar continuamente a reprodução e a manutenção da força de trabalho, ocupada e excedente, mas é compelido e o faz principalmente mediante os sistemas de previdência e seguridade social. Nesse contexto de ampliação das funções estatais são institucionalizadas as políticas sociais, essas, são essencialmente contraditórias, pois a medida que respondem à luta dos trabalhadores, atuam na garantia da reprodução do capital. De acordo com Netto,

Através da política social, o Estado burguês no capitalismo monopolista procura administrar as expressões da “questão social” de forma a atender às demandas da ordem monopólica conformando, pela adesão que recebe de categorias e setores cujas demandas incorpora, sistemas de consenso variáveis, mas operantes (NETTO, 2007, p. 30).

A funcionalidade essencial da política social do estado burguês no capitalismo monopolista se expressa nos processos referentes à preservação e ao controle da força de trabalho, realizados através de sistemas de seguro social, previdência (aposentadoria e pensões), dentre outros, que são instrumentos que permitem assegurar as condições adequadas ao desenvolvimento monopolista que por sua própria dinâmica e contradição cria condições para que o Estado tenha legitimidade política ao responder estratégica e minimamente aos interesses da classe trabalhadora, assumindo as políticas sociais como formas de enfrentamento às expressões da questão social, e para isso, necessita de atores que trabalhem na sua formulação e implementação (NETTO, 2007).

O Serviço Social emerge resultante dos processos econômico-sociais e políticos com peculiaridades na sociedade burguesa monopolista, tendo suas raízes nas práticas filantrópicas e de caráter conservador no seio da Igreja Católica. “A profissionalização do Serviço Social não se relaciona decisivamente à evolução da ajuda, à racionalização da filantropia nem à organização da caridade; vincula-se à dinâmica da ordem monopólica” (NETTO, 2007, p. 73).

Na arena conflituosa da contradição capital *versus* trabalho, o Serviço Social é chamado a intervir, tendo como principal empregador o Estado e, como objetivo central, o controle e a reprodução da força de trabalho, visando à conformação e ao enquadramento da classe trabalhadora à ordem do capital. Enquadramento que, por sua vez, está voltado para

amenizar os conflitos ocasionados pelo acirramento da “questão social”, interpretada como o conjunto das expressões das desigualdades econômicas, sociais, políticas e culturais da sociedade capitalista madura (CISNE, 2015).

3.2 O Serviço Social Brasileiro

O serviço social brasileiro tem sua origem na década de 1930 em um período de intenso desenvolvimento urbano e industrial e importantes modificações na acumulação capitalista - que não mais se limitava na agro exportação e passando a consolidar seu polo industrial e a centrar-se na vinculação com o mercado mundial (MARTINELLI, 2011).

A medida que o capitalismo começava a se desenvolver, o mercado e indústrias se expandiam, tornava-se cada vez mais nítida a miserabilidade das condições de vida e trabalho da classe trabalhadora, e dessa maneira, passa a ser notada a questão social, que segundo Yamamoto e Carvalho (2014) diz respeito à generalização do trabalho livre, que se dá em circunstâncias em que a separação entre homens e meios de produção ocorre fora dos limites da formação econômico-social do país. Numa sociedade em que ainda havia os resquícios da escravidão do povo negro como forma de negócio e que traz marcas profundas até hoje.

Durante esse percurso histórico há um processo de tomada de consciência de classe, no qual os trabalhadores passam a lutar de forma organizada por sua sobrevivência, melhores condições de vida e de trabalho, entrando no cenário político e ameaçando a ordem burguesa, pois tornavam-se explícitas as contradições e antagonismos de classe, a questão social estava expressa à toda sociedade brasileira; a institucionalização do Serviço Social se dá no decorrer desse processo, já que a repressão policial através da qual a burguesia utilizava-se na tentativa de conter o avanço do movimento operário já não demonstrava resultados suficientemente eficazes (MARTINELLI, 2011).

Acerca do sentido histórico do Serviço Social, Yamamoto e Carvalho afirmam que:

[...] torna-se necessário analisar, ante o “problema social” e seu aguçamento, o posicionamento e ações assumidos e desenvolvidos pelos diferentes grupos e frações dominantes e pelas instituições que mediatizam seus interesses ante a sociedade; ações e posicionamentos determinados no quadro mais amplo das contradições geradas pelas formas específicas através das quais se aprofunda internamente o capitalismo e a vinculação da economia ao mercado mundial. A crise do comércio internacional em 1929 e o movimento de outubro de 1930 representam um marco importante na trajetória da sociedade brasileira. Aparecem como momentos centrais de um processo que leva a uma reorganização das esferas estatal e econômica, apressando o deslocamento do centro motor da acumulação capitalista das

atividades de agro exportação para outras de realização interna. Todos os segmentos da sociedade são profundamente afetados por essas transformações, induzidos a alterar em profundidade seus posicionamentos e práticas anteriores (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, 136).

Tais condições explicitadas acerca da manifestação dos/as trabalhadores/as perturbavam a ordem vigente e provocavam uma visão diferenciada a respeito de como lidar com a questão social de maneira mais eficaz de acordo com os interesses da burguesia, e para isso se fazia necessária uma intervenção Estatal.

Dessa maneira, na Segunda República, o presidente Getúlio Vargas reconhece legitimamente a questão social como uma questão política e legal e o governo passa a se preocupar com a assistência social pública e a tomar medidas estratégicas e paliativas a fim de amenizar o intenso conflito de classes, buscando cooptar os movimentos sindicais e atuando para o mascaramento da desigualdade social; prevalecia nesse governo o paternalismo, e a assistência social não era considerada como um direito, reproduzindo assim, relações de favor que marcam profundamente a história da assistência até os dias atuais. Os direitos conquistados eram vistos como “bondade” de Vargas¹ e não produtos da luta das (os) trabalhadoras (es), “[...] como a lei das oito horas de trabalho por dia e a igualdade salarial entre os sexos que, embora conquistada legalmente, ainda não se concretizou” (CISNE, 2015).

A partir da criação da Liga Brasileira de Assistência (LBA), em 1942, a política de assistência passa a centralizar-se, conquistando o marco de referência no campo da assistência pelo governo. Englobando as formas de assistência de forma mais direcionada. Portanto, desta forma, o Estado se desobrigava passando a responsabilidade para a instituição, que conseguia assim fazer um trabalho com viés também ideológico, ademais, tendo em vista seu reconhecimento como órgão de colaboração com o Estado, responsável por ações assistenciais que atuam no sentido de dar apoio político ao governo. Primeira grande instituição brasileira de assistência, a LBA era coordenada pela primeira dama Darcy Vargas, o que deixa clara a relação de tutela, favor e clientelismo na relação do Estado com a sociedade e com as políticas sociais; o objetivo primeiro da instituição era atender as famílias

¹ Getúlio Vargas ficou conhecido como o pai dos pobres por sua política populista que introduziu um conjunto de direitos para os/as trabalhadores/as. Vargas implementou medidas estratégicas a fim de amenizar o conflito entre as classes, tendo suas medidas e ações voltadas para dimensão trabalhista, como a regulamentação do salário mínimo, a lei das 8 horas de trabalho diário, a igualdade salarial legal entre os sexos, e alterações importantes no âmbito sindical, houve a proibição das greves e de várias formas de organização sindical, estabeleceu-se que apenas sindicatos legalizados poderiam representar e defender os direitos de sua categoria perante o Estado – o que demonstra interesse em cooptar e abafar os movimentos sindicais.

dos pracinhas envolvidos na Segunda Guerra Mundial e posteriormente configura-se como articuladora da assistência social no Brasil, porém ainda mantendo sua marca assistencialista e de primeiro-damismo. (Behring e Boschetti, 2010) E ressaltando ainda, que ela:

[...] surge a partir da iniciativa de particulares logo encampada e financiada pelo governo, contando também com o patrocínio das grandes corporações patronais (Confederação Nacional da Indústria e Associação Comercial do Brasil) e o concurso das *senhoras da sociedade* (IAMAMOTO; CARVALHO, 2015, p. 265, grifos dos autores).

A relação entre a assistência e a forte marca do primeiro-damismo, Cisne (2015) ressalta que:

[...] é um campo fértil para analisar como a assistência social estava vinculada, até mesmo imbricada, sob a responsabilidade da primeira-dama (mulher) e não sob a batuta do presidente ou de um homem de sua confiança. Além disso, há uma vinculação histórica entre as mulheres e a responsabilidade para com os problemas sociais, com a prática da caridade e da ajuda, com o equilíbrio e a harmonia sociais, enfim, com a reprodução social voltada para o controle da classe trabalhadora (p. 45-46).

Dessa forma fica nítido que o Estado capitalista-patriarcal se utiliza da figura da mulher representada pela docilidade, benevolência, maternidade, cuidado, amor ao próximo construída sob as bases do mito do amor romântico como a responsável pela produção, reprodução e manutenção desta ordem capitalista e patriarcal tanto nos espaços públicos quanto privados. Construindo a divisão social e técnica do trabalho a partir das diferenças sexuais tão presente ainda hoje em nossa sociedade. Esta divisão extremamente funcional ao capitalismo em que conserva tanto os valores burgueses quanto os valores morais da igreja católica. São essas as bases que Iamamoto denomina de protoformas do serviço social perpassando o surgimento, a institucionalização e o desenvolvimento da profissão até os dias atuais.

O serviço social origina-se no Brasil em 1932 com a criação do Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS) mediante esforços da burguesia e de setores da Igreja Católica e em uma conjuntura de manifestações de movimentos operários e do medo da infiltração das ideias comunistas. Tem seu início oficial a partir do “Curso Intensivo de Formação Social para Moças” promovido pelas Cônegas de Santo Agostinho e ministrado pela assistente social belga Adèle de Loneux, da Escola Católica de Serviço Social de Bruxelas, e o objetivo central dessa instituição era a formação de seus membros por meio do estudo da doutrina social da Igreja, fundamentar suas ações de acordo com essa perspectiva e

amenizar os problemas sociais por meio da ação social. Participaram desse primeiro curso as jovens católicas da burguesia paulista (MARTINELLI, 2011; IAMAMOTO, CARVALHO, 2014).

Através dessa articulação entre Igreja Católica e burguesia para impedir a ameaça da ordem capitalista, configura-se a herança conservadora da profissão, que de acordo com Cisne:

Sob essa influência conservadora, o Serviço Social irá dar resposta à “questão social” de maneira a mascarar e/ou não perceber as suas múltiplas determinações nas contradições imanentes do capital. Os problemas sociais, considerados pela perspectiva positivista como “desajustes sociais” eram percebidos, pelas (os) profissionais, como problemas familiares, falta de amor entre seus membros, assim como o conflito entre as classes era tido como falta de compreensão e amor ao próximo, devendo haver uma união entre as classes antagônicas, como ensinam as encíclicas papais *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno* (CISNE, 2015, p. 52).

O Estado possuía um nítido interesse político de restaurar o seu controle hegemônico na sociedade, e o Serviço Social começa a se profissionalizar com função ideológica, econômica e social previamente estabelecidas — o importante era a existência de agentes qualificados que garantissem o poderio e domínio da classe dominante.

[...] a identidade atribuída ao Serviço Social pela classe dominante era uma síntese de funções econômicas e ideológicas, o que levava à produção de uma prática que se expressava fundamentalmente como um mecanismo de reprodução das relações sociais de produção capitalista, como uma estratégia para garantir a expansão do capital. *Tal identidade era, portanto, especialmente útil para a burguesia, pois, além de lhe abrir os canais necessários para a realização de sua ação de controle sobre a classe trabalhadora, fornecia-lhe o indispensável suporte para que se criasse a ilusão necessária de que a hegemonia do capital era um ideal a ser buscado por toda a sociedade.* (MARTINELLI, 2011, p. 124).

Desse modo, o surgimento do serviço social tem seu significado ideo-político atrelado à reprodução dos interesses da classe dominante por meio do controle da classe subalterna; com sua prática direcionada para a persuasão ideológica, tendo suas funções políticas, econômicas e ideológicas previamente estabelecidas.

Em 1936 é fundada pelo CEAS, em São Paulo, a primeira Escola de Serviço Social para fornecer uma formação técnica especializada a fim de atender às demandas reais e potenciais da sociedade e que passam a ser percebidas pelo Estado, que irá assimilar a formação doutrinária do apostolado social e passará a regulamentá-la e incentiva-la como

estratégia para o enfrentamento da questão social. Posteriormente, em 1939, a Escola de Serviço Social passará por processos de adequação, como o convenio entre o CEAS e o Departamento de Serviço Social do Estado para organização de centros familiares e um curso intensivo de formação familiar, com ensino de trabalhos domésticos e pedagogia do ensino popular; e mudanças para o atendimento das demandas das prefeituras do interior (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

Em relação à política de assistência é difícil estabelecer com precisão seu âmbito, devido ao caráter fragmentado e desorganizado de suas configurações, mas inicia-se em âmbito federal a partir da criação da Liga Brasileira de Assistência (LBA) criada para atender as famílias dos pracinhas que participaram da Segunda Guerra Mundial. O período de introdução da política social brasileira teve seu desfecho com a constituição de 1937, percebida a necessidade do reconhecimento estatal às categorias de trabalhadores/as, com a consolidação das Leis Trabalhistas e a CLT (BEHRING; BOSCHETTI, 2010).

O Instituto de Serviço Social surge em São Paulo no ano de 1940 como desmembramento da Escola de Serviço Social e é destinado a formação de trabalhadores sociais especializados para o Serviço Social do Trabalho. Nesse mesmo ano é introduzido o curso de Preparação em Trabalho Social na Escola de Enfermagem Ana Nery, que dará origem à “Escola de Serviço Social da Universidade do Brasil” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

Ao longo da década de 1940 surgem diversas escolas de Serviço Social pelo país e instituições nas quais a profissão se insere. Porém suas atividades ainda permanecem restritas em função da limitação em relação ao raio de atuação dos órgãos públicos e da deficiência na construção de bases que viabilizassem a política de encaminhamentos - importante para o Serviço Social nesse dado momento (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

Entre a década de 1930 e 1940 há o surgimento de grandes instituições como o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) em 1936, a Legião Brasileira de Assistência (LBA) em 1942, Serviço Social da Indústria (SESI) e o Serviço Social do Comércio (SESC) em 1946. Tais instituições impulsionaram o Serviço Social a se legitimar como profissão, ganhando espaço e se institucionalizando enquanto uma profissão reconhecida e ampliando sua atuação.

A atuação das/os primeiras/os assistentes sociais era bastante restrita, doutrinária e de cunho assistencial, realizavam nos bairros operários o acompanhamento das famílias, especialmente mulheres e crianças, dando orientações sobre cuidados com a higiene e saúde,

realizando palestras e diálogos sobre formação moral e doméstica, técnicas de educação popular, além da distribuição de auxílios.

Segundo Yamamoto e Carvalho (2014) nesse momento se faz necessário “[...] começar pela reforma do homem”, despertando-lhe o gosto pela casa, mostrando a necessidade de habitação sadia. Há a necessidade de uma intensa campanha educativa e o aumento da fiscalização sanitária. Um momento onde firmava-se a necessidade de “instruir a família”, “educar o povo”, e neste sentido, realizavam-se diversas campanhas de cunho educativo e paternalista, que culpabilizavam e responsabilizavam as pessoas por sua situação de vida, trabalhando os casos de maneira individual como resultado de escolhas pessoais e não como consequência do modo de sociabilidade capitalista.

As condições de miserabilidade e insalubridade na vida e trabalho da classe operária são reconhecidas pelas/os assistentes sociais, mas o entendimento é de que ele deverá atuar de forma a garantir as condições de reprodução dessa força de trabalho, ao mesmo tempo em que buscará estabelecer condições físicas, morais e econômicas. Deverá ainda, combater o absentismo e adaptar os/as trabalhador/as às condições da sua função de trabalho (claramente definida na divisão social do trabalho enquanto vendedores de sua força de trabalho). Assim, a profissão se situa como sendo um agente que atenda o patrão e operário.

As soluções para a melhoria das condições de existência do proletariado e das sequelas de sua brutal exploração são ambíguas, e as reivindicações principais serão a coordenação e a tecnificação das obras assistenciais, tendo como modelo as instituições norte-americanas e visando a reformulação de seu universo conceitual, a criação de organismos de coordenação das obras sociais e instituição de fichários de obras e assistidos. A tecnificação da assistência possui um projeto teórico de intervenção na vida do proletariado, em seus mais diversos aspectos, a fim do reordenamento da vida social; é um campo de intervenção ideologicamente orientado para a consciência coletiva e individual do proletariado (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

O projeto teórico – e as práticas incipientes desenvolvidas – dos Assistentes Sociais orienta-se para a intervenção na reprodução material do proletariado e para sua reprodução enquanto classe. O centro de suas preocupações é a família, base da reprodução material e ideológica da Força de Trabalho (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 224).

A formação religiosa se constitui como elemento essencial da legitimação desse projeto — através de uma recristianização do proletariado —, intervindo em sua formação social e

moral, buscando enquadrar o comportamento dessa população de forma que não sejam desajustados, fator problemático para a ordem burguesa.

A origem da profissão atrelada ao militantismo católico e a doutrina social da Igreja trazem marcas profundas em seu conteúdo: a apreensão moralizante dos problemas sociais, a naturalização do ordenamento capitalista, a visão das lutas sociais como um comportamento desajustado e desviante, a miserabilidade vista como uma falha de formação moral do proletariado, como uma patologia e incapacidade de alcançar o bem-estar. Dessa forma, as bases materiais das relações sociais são esquecidas e suas práticas são orientadas por uma lógica particular e subjetivista, deslocando os problemas sociais, políticos e econômicos para o âmbito do pessoal.

Ao pretender atuar sobre a “questão social”, negarão as transformações econômicas e sociais, isto é, a ação sobre as causas materiais da “questão social”, para atuar sobre os efeitos. No entanto essa lógica será particular também no sentido inverso. Os efeitos não conduzem a agir sobre as causas, mas sobre as percepções. A ação *educativa*, de *levantamento moral* do proletariado, a que se propõe o Serviço Social, aparece claramente como uma ação ideológica de *ajustamento* às relações sociais vigentes. Negadas as bases materiais da situação social considerada patológica, restará ao Serviço Social procurar modificar as representações que o proletariado faz de sua própria situação, levá-lo a aderir à ordem social considerada essencialmente justa, malgrado alguns excessos. A formação religiosa do Assistente Social, a experiência pessoal subjetiva da *salvação* como resolução dos problemas existenciais aparece como elemento dinâmico do apostolado doutrinário. A ação ideológica de ajustamento às relações sociais vigentes é encoberta e englobada num projeto de recristianização, de formação moral e religiosa da população cliente (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 245).

Na década de 1940 ocorrem importantes acontecimentos para o Serviço Social. O primeiro Congresso Brasileiro de Serviço Social, promovido pelo CEAS no ano de 1947 e nele se reúnem grandes representantes de entidades particulares e governamentais ligadas à assistência e ao serviço social, ocorrendo diversos debates acerca do serviço social na indústria, e fortalecendo uma postura que prevalece ainda hoje, que é a da profissão com um caráter neutro, de conciliação entre capital e trabalho e colaboração entre patrões e operários/as. O posicionamento desse primeiro Congresso é de apoio às entidades e aos programas interamericanos e pan-americanos, e nele procura-se definir questões que dizem respeito à formação profissional, como as normas para as escolas, a regulamentação do ensino e reconhecimento profissional, que irá fazer surgir a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS) e a Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABAS) (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

Ao longo da década de 1940 e parte da década de 1950 – período denominado de institucionalização do serviço social abre-se um amplo campo de trabalho para o Serviço Social com a implementação de grandes empresas e indústrias e o surgimento de novos programas sociais, criando um mercado de trabalho crescente e neste, aprofundando a influência norte-americana, os estudos psicossociais e a ideologia de desenvolvimento de comunidade.

Principalmente a partir da década de 1950 o serviço social se interioriza, durante um período de crescimento de grandes instituições, modernização e o surgimento de novos programas. Neste momento a profissão vai adquirindo e buscando maior sistematização técnica e teórica de suas funções, embebidos na perspectiva norte-americana que tem seu plano de ensino voltado para o serviço social terapêutico, de tratamento, numa perspectiva psicologizante com vertentes na psicologia e na psiquiatria como forma de curar os desajustados sociais. O Serviço Social de grupo começa a fazer parte dos programas nacionais do SESI, LBA, SESC, iniciando-se uma nova abordagem. Apesar do caráter dominante da ideologia desenvolvimentista na sociedade, até o final da década de 1950 o Serviço Social permanece alheio ao seu chamamento (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

Com a eleição e posse de Juscelino Kubitschek (1956) na presidência da república a ideologia desenvolvimentista torna-se dominante e servirá como suporte à estratégia que associa a política de massa getulista com abertura para a internacionalização da economia brasileira. A ideologia mencionada envolvia uma proposta de crescimento econômico acelerado e autossustentado buscando a expansão econômica, a prosperidade e a riqueza material e, decorrentes deste instituto, buscava-se a paz e a ordem social; sua meta era a industrialização de base no país, de forma que se desenvolva com uma produção pesada, garantindo assim, a libertação econômica e continuidade dessa expansão, sendo positiva a ajuda do Capital internacional no processo expansivo da economia. Os resultados do progresso econômico que seriam advindos dessa ideologia eram entendidos como gerais e não exclusivos de certos setores e classes, abrangeria o conjunto da sociedade (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

No começo dos anos 60 o Brasil passa a alcançar um padrão diferenciado de acumulação; eram postas as redefinições de esquemas de acumulação e fontes alternativas de financiamento e a iminência de uma crise. Nesse momento havia vulnerabilidade na política e economia brasileira, e se fazia necessário um rearranjo nas relações entre Estado, capital privado nacional e a empresa transnacional (NETTO, 2009).

A década de 1960 marca um período de grande expansão e transformação do serviço social brasileiro, a profissão passa por uma fase de modernização teórica, técnica e metodológica e, além disso, há um aumento significativo de suas funções e evolução em seu *status* técnico. Entre os anos que antecedem a ditadura militar no contexto político-social brasileiro e da América Latina, o Serviço Social passa a se expandir. Iniciando uma crítica ao serviço social tradicional, aos poucos vão surgindo grupos de assistentes sociais que irão questionar o trabalho realizado buscando novas metodologias e teorias para embasar as práticas do serviço social. Posteriormente, com o início da ditadura, essas ideias esfriam e só voltam à tona nas décadas seguintes.

No ano de 1961 é realizado o II Congresso Brasileiro de Serviço Social, este, ocorre com um intervalo de 14 anos em relação ao último, em uma conjuntura fortemente modificada na qual após uma década de desenvolvimentismo e em um momento de vitória do janismo.², que representava uma nova estratégia desenvolvimentista, que se centrava agora em um desenvolvimento harmônico e humano (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

A vitória do populismo traz consigo o ordenamento profissional de atuação em Desenvolvimento de Comunidade e um discurso muito parecido com o do serviço social tradicional, e diante dessa realidade:

[...] o Serviço Social deve urgentemente re-situar-se. Readaptar-se, procurando sintonizar seu discurso e métodos com as preocupações das classes dominantes e do Estado em relação à *questão social* e sua evolução. *A Organização do II Congresso Brasileiro de Serviço Social aparece como um exemplo bastante claro de uma estratégia de atualização em relação às ideias que agitam os setores dominantes e às demandas objetivas que fazem à instituição Serviço Social* (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 368).

As novas concepções político-sociais e o processo de industrialização trazem responsabilidades para o serviço social, surgem novos métodos de atuação e organização, aperfeiçoa-se o ensino universitário, e ocorrem diversas mudanças no campo profissional. As/os assistentes sociais passam então a aceitar participarem do novo projeto desenvolvimentista, exigindo posições e funções que consideram fundamentais para a categoria no campo de sua formação e atuação profissional e propõem-se a contribuir para o processo de mudança exigido nessa nova fase, preparando-se para desempenhar suas funções

² Ideário de Jânio Quadros eleito presidente da República no ano de 1961, que se caracterizava como um projeto centralizado em uma nação forte que propunha um desenvolvimento nacional integral e percebia a causa da crise na crise moral da população.

e reconhecendo-se como agentes importantes, buscando e enfatizando a necessidade de se especializarem para atuarem nesse novo projeto (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

O II Congresso Brasileiro de Serviço Social apresenta intervenções e resoluções ambíguas, há a consciência da agudização das contradições sociais existentes e dos entraves estruturais, mas quanto a isso os métodos e técnicas não conseguem obter avanços significativos, procura-se soluções técnicas para esses grandes problemas estruturais, como a criação órgãos nacionais de coordenação e planejamento, a fixação de diretrizes básicas de atuação, a definição de uma política social etc., mas ainda assim muito pouco se caminhava em direção a medidas concretas (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

O Brasil estando envolvido no movimento de expansão capitalista e consolidação escala mundial tinha suas intenções muito mais concentradas nas questões econômicas e política externa que nos problemas sociais que já não podiam ser contidos e se desdobravam em manifestações que envolviam diversos segmentos da classe trabalhadora e que começaram a ganhar as ruas e cada vez mais pessoas os aderindo (MARTINELLI, 2011).

Diante desse quadro de mobilização das camadas trabalhadoras, eram postos em questão os rumos que o desenvolvimento capitalista estava tomando no país em termos políticos e econômico-sociais. Segundo Netto:

[...] as requisições contra a exploração imperialista e latifundista, acrescidas das reivindicações de participação cívico-política ampliada, apontavam para uma ampla reestruturação do padrão de desenvolvimento econômico e uma profunda democratização da sociedade e do Estado; se, imediatamente, suas resultantes não checavam a ordem capitalista, elas punham a possibilidade concreta de o processo das lutas sociais alçar-se a um patamar tal que, por força da nova dinâmica econômico-social e política desencadeada, um novo *bloco de forças político-sociais* poderia engendrar-se e soldar-se, assumindo e redimensionando o Estado na construção de uma nova hegemonia e na implementação de políticas democráticas e populares nos planos econômicos e social (2009, p. 23).

Gestam-se então as condições sociopolíticas para a burguesia desarticular a classe trabalhadora, encontrando a solução no golpe de abril de 1964.

Opondo-se de modo radical à emergência das classes populares nos quadros políticos temerosos das ameaças ao seu poder hegemônico, os vários setores da burguesia uniram-se aos militares para buscar formas de controlar o quadro social e recuperar o seu domínio de classe. O resultado foi o golpe de Estado de 31 de março de 1964, através do qual se implantava uma nova ditadura no país, destruindo-se de modo abrupto, violento e radical os avanços no processo organizativo das classes populares (MARTINELLI, 2011, p. 141).

A ditadura brasileira³ emergiu em um contexto em que estavam ocorrendo uma sucessão de golpes de Estado ao redor do mundo, o movimento de contrarrevolução se fazia presente em escala planetária e sua finalidade era a adequação dos padrões de desenvolvimento nacionais internacionais, internacionalização do capital e assegurar que a revolução e as ideias socialistas não ganhassem espaço e interferissem nos interesses capitalistas (NETTO, 2009).

Durante a ditadura militar o serviço social encontrava-se — salvo alguns seguimentos mais críticos da categoria profissional —, em sua grande maioria atuando por meio de práticas conservadoras e fetichizadas “[...] recuado do cenário histórico, produzindo e reproduzindo práticas incapazes de se somarem aos esforços de construção e preservação de espaços democráticos em uma sociedade oprimida por uma ditadura militar” (MARTINELLI, 2011, p. 142).

É no contexto da ditadura militar na América Latina que começa a se articular o Movimento de Reconceituação do Serviço Social, nesse contexto havia muitos obstáculos para que a profissão conseguisse romper com o conservadorismo, mas ao mesmo tempo em que trazia essa limitação possibilitava aos/as profissionais repensarem sua prática, seu arcabouço teórico-metodológico e ético-político. O cenário social propicia a autorreflexão da profissão, ao passo que, nesse momento histórico os movimentos sociais e as diversas categorias profissionais estavam nas ruas lutando e protestando pela volta do regime democrático, e junto a elas o serviço social percebe suas incoerências.

Esse movimento vem atender às exigências de tecnificação para o Serviço Social, que irá buscar bases científicas para a sua atuação, pois a irracionalidade em que estava calcada não conseguia mais dar respostas às novas configurações da “questão social”, ou seja, o capital impunha a necessidade de novas estratégias técnico-operacionais para a repressão e controle da classe trabalhadora (CISNE, 2015, p. 61).

Convivia no interior da categoria profissional a alienação e a crítica, e a contradição permanecia oculta pelo pensamento conservador e a indeterminação da identidade profissional. Alienação e crítica travavam uma disputa no interior da categoria profissional, e o desenvolvimento da consciência crítica é fortalecido pelos agentes que partilhavam dos

³ Para Paulo Netto o que houve no Brasil foi o período da autocracia burguesa, que se constitui em um momento em que as decisões políticas, econômicas e sociais se davam por meio da visão e ações autoritárias e autocráticas da burguesia comprometida com a neutralização dos agentes sociopolíticos que lutavam pela democracia no Brasil.

mesmos objetivos. Ao mesmo tempo que se desenvolvia o Movimento de Reconceituação, desenvolvia-se também o processo organizativo da categoria profissional (MARTINELLI, 2011).

O processo de reformulação do cenário do serviço social, com alterações significativas na organização do Estado e da sociedade como um todo e sob o vínculo da autocracia burguesa e comando do capital desencadeou o processo de renovação profissional que segundo Netto (2009) assume três direções: modernização conservadora, reatualização do conservadorismo e intenção de ruptura.

Na Modernização Conservadora o serviço social afasta-se da ideologia da Igreja Católica, a profissão insere em seu agir profissional junto ao Estado uma forma de intervenção profissional mais moderna. Fazia-se presente uma lógica funcionalista e positivista e as perspectivas de matrizes norte-americanas. Nesse momento o serviço social se enxerga como um aporte para o desenvolvimento nacional e qualificação da classe trabalhadora, acreditando que se o país se desenvolver economicamente é resolvida a questão social. O Serviço Social torna-se moderno no ponto de vista das técnicas, mas do ponto de vista do pensamento continua culpabilizando os indivíduos e atuando de maneira parcial e imediatista.

A perspectiva modernizadora tem o seu auge no encontro de Araxá (1967) e Teresópolis (1970) e de acordo com Paulo Netto:

[...] aceita como dado inquestionável a ordem sociopolítica derivada de abril e procura dotar a profissão de referências e Instrumentos capazes de responder às demandas que se apresentam nos seus limites — donde, aliás, o cariz tecnocrático do perfil que pretende atribuir ao Serviço Social no país. No âmbito estrito da profissão, ela se reporta aos seus vetores e concepções mais “tradicionais”, não para superá-los ou negá-los, mas para inseri-los numa moldura teórica e metodológica menos débil, subordinando-os aos seus vieses “modernos” — donde, por outro lado, o lastro eclético de que é portadora (NETTO, 2009, p. 155).

A perspectiva de Reatualização do Conservadorismo é um momento de grande retrocesso para a profissão, pois os profissionais retornam a ideologia conservadora da Igreja Católica, agora com um discurso psicologizante pautado no diálogo (ajuda psicossocial) como responsável para transformação da condição humana e social. Essa perspectiva baseia-se na fenomenologia, tem seu marco nos seminários de Sumaré (1978) e Alto da Boa Vista (1984) e a partir dela constrói-se nos anos 70 o Método de Belo Horizonte, Segundo Paulo Netto:

Trata-se de uma vertente que recupera os componentes mais estratificados da herança histórica e conservadora da profissão, nos domínios da (auto) representação e da prática, e os repõe sobre uma base teórico-metodológica que se reclama nova, repudiando, simultaneamente, os padrões mais nitidamente vinculados à tradição positivista e às referências conectadas ao pensamento crítico-dialético, de raiz marxiana. Essencial e estruturalmente, esta perspectiva faz-se legatária das características que conferiram à profissão o traço microscópico da sua intervenção e a subordinaram a uma visão de mundo derivada do pensamento católico tradicional; mas o faz com um verniz de modernidade ausente no anterior tradicionalismo profissional, à base das mais explícitas reservas aos limites dos referenciais de extração positivista (NETTO, 2009, p. 157).

A perspectiva de Intenção de Ruptura é um momento em que o serviço social irá realmente romper com o conservadorismo, se divide em dois momentos: o primeiro deles é de aproximação com o Marxismo através de outras fontes — onde ocorrem alguns equívocos; e o segundo, que ocorre nos anos 1970 e 1980 é o momento de volta da democracia e aproximação do Marxismo clássico, onde irá corrigir os equívocos anteriores e o serviço social finalmente se encontra, coloca-se com um agente crítico e se percebe como classe, colidindo com a ordem autocrática no plano dos seus referenciais teóricos, no plano profissional e político, possuindo um caráter de oposição em face à autocracia burguesa. E é

[...] somente quando a crise da autocracia burguesa se evidencia, com a reinserção da classe operária na cena política brasileira desatando uma nova dinâmica na resistência democrática, que a perspectiva da intenção de ruptura pode transcender a fronteira das discussões em pequenos círculos acadêmicos e polarizar tensões de segmentos profissionais ponderáveis (NETTO, 2009, p. 248).

Ocorre no ano de 1979 o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) que ficou conhecido como “Congresso da Virada” por ser considerado como um grande marco na história da profissão, já que a partir daí construiu-se o Projeto Ético-político Serviço Social⁴. Nesse contexto de luta pela democracia abre-se espaço para esse novo projeto de formação profissional, nesse momento o serviço social começa a tomar consciência de classe e compreender a relação capital-trabalho e segmentos da categoria começam a lutar para a consolidação da ruptura — de fato — com o conservadorismo. No plano de exercício profissional a esse movimento vivido ao final dos anos 1970 e início da década de 1980 corresponde a um avanço significativo da prática social especialmente no sentido de que

⁴O projeto ético-político do Serviço Social, que orienta o exercício e a formação profissional, pauta-se nas dimensões críticas do Código de Ética, diretrizes curriculares e lei de regulamentação profissional. Além disto, oriundo do Código de Ética profissional, oferece um norte para o agir profissional.

passou ser construído com base nas alianças com a classe trabalhadora (MARTINELLI, 2011).

É entre a década de 1970 e 1980 devido à acumulação teórica e a produção crítica de conhecimentos que ocorre um redirecionamento ideopolítico do serviço social brasileiro mediante a incorporação de matrizes teóricas e metodológicas inspiradas no Marxismo, sinalizando a ruptura com o conservadorismo (CISNE, 2015).

O contexto de luta pela redemocratização e fortalecimento dos sindicatos e movimentos populares na década de 1980 influenciam à organização do Serviço Social nesse mesmo âmbito, além de ser demandado a trabalhar junto a esses movimentos. Além disso, no início da década de 1980 há um aumento significativo da demanda pelo curso de serviço social, e para atendê-la foram criados no país 46 unidades de ensino que ofereciam cursos de graduação e pós-graduação (CISNE, 2015).

Somente em 1982 com trabalho de Yamamoto e Carvalho que o Serviço Social terá uma interlocução com a fonte do pensamento marxiano e a incorporação da teoria social de Marx como referencial teórico-metodológico, o que permitirá a profissão aprender dialeticamente a realidade, e assim poderá analisar as contradições na totalidade, para além da aparência dos fenômenos, possibilitando seu rompimento com a imediatividade. A partir dessa década o serviço social passa a sofrer a influência de diversas/as teóricas/os como Gramsci, Agnes Heller, Lukács, Thompson, Eric Hobsbawm, dentre outros (CISNE, 2015).

Em 1988 é promulgada a nova Constituição Federal – conhecida como a constituição cidadã, que incorpora as reivindicações dos movimentos sociais que passavam a exigir cada vez mais os seus direitos. Fazem-se presentes nessa Constituição o direito ao trabalho, à seguridade social, organização sindical, liberdade de expressão, igualdade de gênero, dentre outros; o que tem grande importância para o atendimento das demandas postas ao serviço social.

Na década de 1990 com acumulação teórica e a produção crítica de conhecimento, ocorre a maturação do redirecionamento ideopolítico da profissão por meio da solidificação do novo projeto profissional, consolidando a ruptura com o conservadorismo e pautando-se agora no compromisso com as classes subalternas e tendo a liberdade como seu valor. Essa década também é marcada pelas discussões e implementação das novas diretrizes curriculares propostas pelo novo projeto profissional. Esta proposta ficou vinculada ao compromisso de uma formação profissional condizente com todas as transformações ideopolíticas e teórico-metodológicas da profissão. Apesar da ruptura com o conservadorismo, esta não significa que não haja profissionais conservadores na categoria. Ocorreram grandes avanços e o embate

com o conservadorismo se mantém, o movimento de renovação é contínuo e permanece em curso (CISNE, 2015).

Nessa mesma década, precisamente em 1993 é criado o Código de Ética que consolida as conquistas alcançadas com o novo projeto profissional denominado de projeto ético-político, e traz em seus princípios o respeito à diversidade e eliminação de todas as formas de preconceitos, sejam eles de classe social, gênero, orientação sexual, religião, identidade de gênero, nacionalidade, etnia, idade, condição física; o combate a todas as formas de opressão, o compromisso com as classes subalternas, dentre outros (CFESS, 1993).

Por fim, podemos compreender que o serviço social brasileiro surge a partir do capitalismo monopolista e ao longo da sua trajetória histórica vai tomando formas diferentes de acordo com as transformações da sociedade. As mudanças de pensamentos por parte da categoria, mudanças político-ideológicas, os importantes avanços de sentido crítico, e influências exteriores, são fatores determinantes para essas transformações.

Apesar dessas grandes transformações, ainda não houve uma grande mudança com relação à composição da categoria, que ainda é majoritariamente formada por mulheres, sendo de grande relevância ressaltar o compromisso profissional em apropriar-se cada vez mais do conhecimento crítico acerca da categoria gênero e problematizar a marca feminina na profissão.

4 SERVIÇO SOCIAL, PROJETO ÉTICO-POLÍTICO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM INTERFACE COM A CATEGORIA GÊNERO

4.1 Gênero e Serviço Social: problematizando a marca feminina da profissão

O Serviço Social origina-se na passagem do Capitalismo Concorrencial para o Monopolista, pela necessidade do Estado de uma intervenção direta, ainda que de maneira imediata e superficial, para atenuar os conflitos de classe derivados da contradição Capital versus Trabalho que pudesse exercer o controle da classe trabalhadora e assegurar os interesses da burguesia, sendo fortemente influenciado pelo pensamento da Igreja Católica.

A marca feminina na profissão deve ser compreendida como um processo histórico de construção em relação ao feminino na sociedade patriarcal-capitalista, por meio de uma concepção diferenciada entre os sexos a qual dita os moldes do que é feminino e masculino, produzindo e reproduzindo desigualdades entre homens e mulheres. Assim, a profissão tem seu surgimento intimamente relacionado e vinculado a Igreja Católica e o nítido interesse de classes à subordinação das mulheres na sociedade patriarcal-capitalista, onde o Estado utiliza-

se da figura da mulher e de papéis conservadores de gênero para assegurar e manter a ordem burguesa e a reprodução social (CISNE, 2015).

O Serviço Social foi constituído como profissão fortemente vinculada aos preceitos das damas de caridade e da Igreja Católica, com base em um perfil imposto às mulheres de docilidade, benevolência, caridade e do cuidado materno; a profissão é tida como um espaço de extensão da vida doméstica, sendo um espaço sociocupacional essencialmente feminino, posto como uma responsabilidade das mulheres, com papéis conservadores de gênero, que ainda hoje se faz muito presentes na sociedade.

A relação da primeira-dama Darcy Vargas como presidenta da Legião Brasileira de Assistência (LBA) é um campo fértil para analisar como a Assistência Social estava vinculada com a questão de gênero, estando sob a responsabilidade de uma mulher, a primeira-dama, e não do presidente ou de um homem de sua confiança. A vinculação entre as mulheres e responsabilidade para com os problemas sociais, a prática da caridade e da ajuda e com a reprodução social voltada para o controle da classe trabalhadora é, portanto, uma relação histórica (CISNE, 2015).

Para intervir na questão social, que se configura em uma ameaça à ordem burguesa, o Estado utiliza-se dos valores tidos como femininos para atender seus interesses, a partir de uma prática assistencialista, filantrópica e educativa, de caráter moralizante e de enquadramento da classe trabalhadora. Esses valores da divisão sexual do trabalho são apropriados e utilizados para atender aos interesses da classe dominante e para isso, a atuação é realizada junto à família, mais especificamente por intermédio da mulher.

A Igreja Católica contribuiu historicamente na perpetuação da ideologia patriarcal de dominação e controle sobre as mulheres, principalmente ao configurar o modelo de mulher perfeita, bondosa, devotada e caridosa, moldado sob o modelo de Maria, mãe de Jesus, que institui o referencial cristão de uma mulher santa, pura, mãe exemplar, assexuada, com espírito de sacrifício; o culto católico feito à Virgem Maria chamado de marianismo (CISNE, 2015).

É possível notar através da relação com a questão social a dimensão de gênero na gênese do serviço social, que ocorre tanto por meio da forma de controle das expressões da questão social, como pela reprodução do marianismo por parte das primeiras profissionais, que defendiam a missão sagrada feminina, que concebe a mulher como propriedade privada do marido e responsável pelo cuidado e bem-estar da família e da sociedade, de acordo com os preceitos positivistas (CISNE, 2015).

Para compreender a tradição conservadora determinada historicamente no serviço social se faz necessário apreender a forma como a assistência social se realizava, desde as práticas filantrópicas das primeiras-damas brasileiras, à forma como as primeiras profissionais responderam as demandas advindas da questão social. Sendo importante enfatizar que assistência social se desenvolve por meio do interesse burguês e da ideologia da Igreja Católica, que se baseia no pensamento patriarcal na qual a mulher está para o âmbito privado e o homem para o âmbito público.

[...] a assistência social foi se construindo como um espaço de atuação feminina, inclusive como alternativa à vida doméstica/familiar, ao passo que se abria a possibilidade da profissionalização para as mulheres, por ser considerada uma extensão de seus papéis domésticos — ainda que também se constituísse como uma alternativa à vida apenas doméstica — e um comprimento de seu papel na sociedade. Nesse sentido, a assistência social é construída como um espaço ocupacional essencialmente feminino, absolutamente associada aos papéis conservadores de gênero cobrados da mulher, sendo, portanto, parte estruturante a divisão sexual do trabalho na sociedade patriarcal capitalista (CISNE, 2015, p. 47).

Nesse primeiro momento de abertura do mercado de trabalho às mulheres, suas opções eram restritas às profissões que lhe permitissem desempenhar seus tradicionais papéis de mães e donas de casa, dessa forma o serviço social configurou-se como alternativa de trabalho adequado as mulheres que possuíam as qualidades femininas exigidas pela sociedade patriarcal.

Como abordado anteriormente no primeiro capítulo, o serviço social brasileiro tem seu surgimento no ano de 1932 em São Paulo, por meio da criação do Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo – CEAS, que possui o objetivo de promover a formação através do estudo da doutrina social da Igreja e fundamentar suas ações através dessa formação, tendo seu trabalho realizado por moças católicas da burguesia paulista que atuavam junto à classe trabalhadora com a intenção de educar a família dos operários — principalmente mulheres e crianças, por meio de ensino de trabalhos manuais, tricô, aconselhamentos à respeito de higiene e cuidados pessoais, e estimular as jovens operárias ao amor ao lar e cumprimento de deveres nesse âmbito, e além disso estimulando também a sua fé religiosa.

A Escola de Serviço Social fundada em 1936, passa a tecnificar as ações doutrinárias de adequação das/os trabalhadoras/es, mas a intervenção ainda possuía um caráter conservador, de consciência dos deveres e obrigações que cabem à mulher na preservação da ordem moral e social, como responsável na missão de educar e restaurar a família e mudar a

mentalidade hábitos e costumes, com atividades baseadas também em um sentimento de justiça social e caridade cristã.

A origem no bloco católico e ação caridosa de senhoras e moças da sociedade e o imbricamento da teoria e metodologia do serviço social com a doutrina social da igreja e o fato de constituir-se num movimento quase exclusivamente feminino com forma de intervenção junto à população de forma educativa e doutrinária, são responsáveis pela percepção, comportamento e desempenho profissional e deixam marcas profundas na profissão.

[...] De instâncias de preparação de moças da sociedade com determinado capital cultural formação familiar— em relação as quais assumiam a função de preparo para intervir num meio geralmente indiferente ou hostil, e extremamente diferenciado do seu padrão de vida, e a função de legitimar essa intervenção através de um chancela doutrinária e técnica — as escolas passam a instâncias de seleção e formação de quadros subalternos (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 232-233).

Sendo constituída a partir grupos de mulheres da burguesia e sua vinculação com a prática do apostolado social, a profissão reproduzia e se fundamentava em uma série de qualidades e comportamentos naturalizados como femininos que faziam parte desses setores, e suas características e qualidades necessárias as pretendentes a carreira de serviço social deveriam estar em consonância com o humanismo cristão.

O assistente social deveria, assim: ser uma pessoa da mais íntegra formação moral, que a um sólido preparo técnico alie o desinteresse pessoal, uma grande capacidade de devotamento e sentimento de amor ao próximo; deve ser realmente solicitado pela situação penosa de seus irmãos, pelas injustiças sociais, pela ignorância, pela miséria, e a esta solicitação devem corresponder as qualidades pessoais de inteligência e vontade. Deve ser dotado de outras tantas qualidades inatas cuja enumeração é bastante longa: devotamento, critério, senso prático, desprendimento, modéstia, simplicidade, comunicatividade, bom humor, calma, sociabilidade, trato fácil e espontâneo, saber conquistar a simpatia, saber influenciar e convencer etc (IAMAMOTO; CARVALHO, p. 233-234).

Faz-se notável que os critérios estabelecidos confirmam ainda mais a relação com o “ideal feminino da sociedade patriarcal-capitalista”.

Será, portanto, indispensável para o recrutamento dos futuros assistentes critérios bem definidos. Desde sua fundação, a Escola de Serviço Social de São Paulo apresenta como exigência funcional para matrícula: ter 18 anos completos e menos de 40; comprovação de conclusão do curso secundário;

apresentação de referências de 3 pessoas idôneas; submeter-se a exame médico (IAMAMOTO; CARVALHO, p. 234).

Diversas outras características e critérios foram estabelecidos pelas Escolas de Serviço Social, sendo relacionadas em sua grande maioria ao caráter de tutela, coerção e doutrinação da classe trabalhadora, à ordem moral e social.

O controle da quase totalidade das Escolas de Serviço Social pela Igreja e a convivência no interior do bloco católico com aquelas entidades e movimentos confessionais facilitam a atração e cooptação dessas vocações. Nesse sentido aparece com destaque, e sob outro ângulo de observação, a mística que se procura criar em torno da profissão: os modernos agentes da caridade e da justiça social. Essa caracterização contribui para obscurecer e dar aparência de qualidades profissionais, neutras e caridosas, a um projeto de classe. A adesão dos agentes a esse projeto, à visão do mundo das classes dominantes, é naturalizada, espiritualizada, assume a representação de utilidade social, do servir ao próximo e à humanidade, da ação desinteressada. A tutela social que irão estabelecer em relação à população cliente será vista pelos Assistentes Sociais como um ato de humanismo, despido de cidadania histórica e social, como necessidade natural e cristã sem ligação com a correlação de forças sociais e o confronto de classes. Assim dentre as características especiais que a profissão necessitará manter, a *vocação pessoal* tem papel determinante (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 246).

As primeiras Escolas de Serviço Social contam com uma quase que absoluta maioria de pessoas pertencentes a ação católica em seu corpo docente e discente, essa composição deve ser compreendida como um processo histórico-cultural, bem como a sua atuação nas expressões da questão social, a marca feminina se faz presente tanto na característica profissional como na responsabilização das usuárias mulheres por toda a família.

Segundo Cisne (2015) a profissão configura-se em sua origem com fortes traços confessionais, inserindo-se no campo das vocações de e missões de cuidado e de servir ao próximo, adequando-se às funções socialmente importadas as mulheres pelo patriarcado: o casamento e a maternidade.

Da mesma forma que outras profissões, como enfermagem, pedagogia, economia doméstica e educação, cuja marca histórica tem sido o processo de feminização – construído à luz de uma interconexão entre as representações sobre os gêneros e o processo de inserção no mercado de trabalho, no horizonte da cultura ocidental-cristã–, o Serviço Social adequou-se ao leque de oportunidades de carreira permitido às mulheres desde o fim do século 19, uma alternativa à inserção no mercado de trabalho. Essa inserção foi permitida pela sociedade a medida que as mulheres passaram a exercer trabalhos extensivos aos já exercidos por elas no mundo privado (CISNE, 2015, p. 54).

A construção social acerca de uma vocação natural feminina à ajuda e à caridade, as características de sensibilidade, amabilidade, paciência e devotamento são apropriadas como estratégia de intervenção junto à classe trabalhadora, com objetivo de assegurar e atender os interesses do capital, e esse processo é resultante de uma sociedade patriarcal que institui hierarquicamente, por meio da divisão sexual do trabalho os papéis de homens e de mulheres, a reprodução da desigualdade de gênero é, portanto, associada a interesses dominantes e não deve ser naturalizada.

As mulheres foram/são historicamente desvalorizadas e subalternizadas, sendo essa subalternização útil ao sistema patriarcal-capitalista, e não algo natural. Por possuir uma marca feminina, a subalternização do Serviço Social também é construída através da subalternização da mulher na sociedade.

Isso significa que o serviço social não possui uma essência feminina, mas, torna-se uma profissão mais procurada pelo público feminino devido à ideologia patriarcal que se reproduz pela educação sexista. A educação sexista não educa homens e mulheres apenas de forma diferente, mas, também, desigual, levando muitas mulheres a crerem que possuem uma essência que as tornam naturalmente mais aptas para determinados trabalhos. Para isso, inculca valores e qualidades considerados femininos para moldar um modelo de mulheres apto a atender aos interesses patriarcal capitalistas (CISNE, 2015, p. 118).

Como consequência de toda profissão considerada de mulheres, o Serviço Social possui baixo *status* social e baixo nível salarial, por inserir-se não só em uma divisão social do trabalho, mas também na divisão sexual do trabalho, que determina relações desiguais e hierarquizadas, onde há a tipificação do que é trabalho feminino e trabalho masculino, no qual este último sempre é mais valorizado. Essa característica “[...] não é endógena, mas resultante das relações que estruturam a divisão sexual do trabalho a qual não apenas profissionais da assistência se insere, mas todas as profissões consideradas femininas ou masculinas” (CISNE, 2015).

Por meio da perspectiva de análise de gênero torna-se possível compreender que a subalternidade conferida às mulheres é resultado de uma construção sócio histórica na sociedade patriarcal em torno do que é o feminino e o que ele representa. Além de uma base material conferida a partir da divisão sexual do trabalho.

A partir dos anos 1970 e 1980 com o processo de ruptura do serviço social tradicional e com o conservadorismo há o redirecionamento de seu embasamento teórico e ocorrem

diversas mudanças no interior da profissão, mas apesar de todos os avanços e transformações ocorridos a marca feminina ainda permanece presente, e as mulheres ainda permanecem sendo responsabilizadas pela assistência e constituem seu maior público usuário, o que demonstra que muito ainda precisa ser feito, e que analisar esse aspecto é pertinente para uma ruptura concreta.

A permanência de modelos conservadores em torno dos papéis tidos como femininos na sociedade patriarcal-capitalista provoca uma sobrecarga de trabalho e responsabilidade sobre as mulheres e fazem perdurar a divisão sexual do trabalho, que naturaliza algumas profissões como femininas acarretando a essas uma carga de subalternidade. (CISNE, 2015) Vale ressaltar que, apesar das mulheres adentram ao mundo público assumindo cargos, profissões e papéis de poder na organização da sociedade, os homens não adentraram o mundo assumindo as tarefas e atividades no âmbito doméstico para construir uma divisão justa das atividades da casa ou cuidados com as/os filhas/os, causando sobrecarga às mulheres.

Portanto, fica fácil distinguir o papel do feminino no campo social, principalmente seu papel de administrar sua vida particular, bem como seu campo profissional. As bases que construíram essa conjuntura foram moldadas com sistemas conservadores, onde podemos perceber essa problemática até os dias atuais, de modo que, os avanços no que tange o quadro social e profissional feminino, tiveram poucas mutações. Especificamente no campo do serviço social, isso atinge tanto a categoria em sua formação e atuação profissional, como seu público usuário, já que na maioria das vezes a centralidade das políticas estão voltadas à responsabilidade da mulher, fazendo assim, de extrema importância problematizar a responsabilização da mulher no âmbito da assistência.

4.2 Gênero e as dimensões normativas do Projeto Ético-político do Serviço Social

Destacam-se aqui os instrumentos normativos que se constituem em parâmetros para a formação e o exercício profissional, analisando-os brevemente com enfoque nas relações de gênero e na emancipação das mulheres.

4.2.1 Projeto Ético-político

O momento histórico em que o Projeto Ético-político do serviço social é gestado configura-se em um período de redemocratização — momento de luta pelo restabelecimento das conquistas democráticas, que se inicia entre 1970 e 1980, onde o Brasil estava saindo de um processo de ditadura militar.

Dentro desse processo de redemocratização irá gestar no interior da categoria profissional o movimento de reconceituação do serviço social, e é mais especificamente no movimento de intenção de ruptura, no qual a profissão irá realmente romper com o conservadorismo adotando a perspectiva crítica pautada nos referenciais teórico-metodológicos marxistas construindo o Projeto ético-político do serviço social. Este processo tem como marco o Congresso de Virada, que aconteceu no ano de 1979, na cidade de São Paulo, um momento emblemático para profissão.

A primeira questão que se deve considerar quando pensamos em projetos (individuais ou coletivos) em uma sociedade de classes é o caráter político de toda e qualquer prática. Todas as formas de prática envolvem interesses sociais os mais diversos que se originam, através de múltiplas mediações, das contradições das classes sociais em conflito na sociedade. O que as movem verdadeiramente são as necessidades sociais reais que lançam os homens em atividades humanas criadoras percebidas no metabolismo social (trabalho – ato fundante das relações sociais) (TEIXEIRA, 2009, p. 1).

Os projetos societários apresentam uma imagem de sociedade a ser construída, são projetos coletivos e se constituem como projetos macroscópicos que possuem propostas para o conjunto da sociedade. De acordo com o Paulo Netto (2015), em sociedades capitalistas os projetos societários são de forma necessária e simultânea projetos de classe e que possuem determinações de natureza cultural, de gênero, étnica etc.; E essa e essa dimensão política envolve relações de poder, e a experiência histórica demonstra que esses projetos constituem estruturas flexíveis e cambiantes que incorporam novas demandas, aspirações, transformam-se e renovam-se conforme as conjunturas históricas e políticas.

Os projetos profissionais estão inscritos no marco dos projetos coletivos e representam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que irão legitimá-la socialmente e, além disso, delimitam objetivos e funções, formulam requisitos práticos, teóricos e institucionais para o exercício profissional, prescrevem normas para o comportamento das/os profissionais em suas relações com as/os usuárias/os dos seus serviços, com outras profissões, organizações, e instituições sociais públicas e privadas. E para que esse projeto se afirme na

sociedade e ganhe respeito é necessário que tenha um corpo profissional fortemente organizado (NETTO, 2015). Ainda segundo o autor,

Tais projetos são construídos por um sujeito coletivo – o respectivo corpo (ou categoria) profissional, que inclui não apenas os profissionais “de campo” ou “da prática” mas que deve ser pensado como o conjunto dos membros que dão efetividade à profissão. É através da sua organização (envolvendo os profissionais, as instituições que os formam, os pesquisadores, os docentes e os estudantes da área, seus organismos corporativos, acadêmicos e sindicais etc.) que um corpo profissional elabora o seu projeto. Se considerarmos o Serviço Social no Brasil, tal organização compreende o sistema CFESS/CRESS, a ABEPSS, a ENESSO, os sindicatos e as demais associações de assistentes sociais (NETTO, 2015, p. 4).

De acordo com Teixeira (2009) não há dúvidas de que o projeto Ético-político do serviço social está vinculado a um projeto de transformação da sociedade. Essa vinculação se dá pela própria exigência da dimensão política da intervenção profissional. Ao passo que atua no movimento contraditório das classes sociais o serviço social imprime uma direção social às suas ações profissionais que irão favorecer a um dos projetos societários, através da consciência e interpretação das demandas de classe que chegam no cotidiano profissional.

O Projeto Ético-político do serviço social é voltado para a categoria profissional ao possuir uma dimensão macro societária, que propõe um novo modelo de sociedade e estratégias para contribuir com a construção desse novo horizonte societário. É composto de três dimensões: o Código de Ética de 1993, a Lei de regulamentação da profissão e as Diretrizes Curriculares, todas elas pautadas dentro da perspectiva crítica do serviço social, que traz um horizonte para construção de um novo modelo de sociedade mais justa e possível na sociabilidade do capital frente às expressões da questão social. Contudo aponta como horizonte a emancipação humana o que só é possível para além do capitalismo.

4.2.2 Código de Ética de 1993

O Código de Ética de 1993 foi elaborado no momento em que a profissão se apropria do suporte teórico de Marx, portanto, tem seu suporte nas bases ontológicas dessa teoria, e a ética e os valores são escritos no âmbito da ontologia do ser social e práxis, na qual os valores

são determinações da prática social e resultantes da atividade criadora no processo de trabalho. O Código de Ética

[...] se organiza em torno de um conjunto de princípios, deveres, direitos e proibições que orientam o comportamento ético profissional, oferecem parâmetros para ação cotidiana e definir suas finalidades ético-políticas, circunscrevendo a ética profissional no interior do projeto ético-político em sua relação com a sociedade e a história. (CFESS, 2012, p. 53).

Faz-se importante ressaltar que o Código de Ética do Serviço Social não se limita a aspectos do que é permitido ou não à profissão, é possuidor de uma dimensão macro societária, uma dimensão social de compromisso na contribuição para a construção de um novo projeto de sociedade — com direcionamento para além da sociedade capitalista, uma sociedade mais justa e igualitária, e portanto, uma perspectiva de igualdade de gênero e emancipação das mulheres; e para essa contribuição, traz em seus princípios fundamentais:

- I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;
- XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (CFESS, 1993, p. 23).

O Código de Ética ao apresentar um horizonte de emancipação humana em seu princípio I o *Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais*. Configura-se em um espaço possível e necessário à incorporação de uma perspectiva feminista crítica e emancipatória, pois a superação da dominação e exploração das mulheres se faz em conjunto com a superação da ordem patriarcal-capitalista.

A emancipação é o valor humano genérico, mais central do Código de Ética profissional e seus demais valores essenciais como a liberdade, a equidade, a justiça social e a democracia; são formas de viabilização da emancipação humana (BARROCO, 2012).

O princípio VI *Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e*

à *discussão das diferenças*; Possui relação com a categoria gênero, uma vez que muitas (os) assistentes sociais lidam em seu cotidiano profissional com demandas da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e outros (LGBT+), é necessário que se realize uma prática reflexiva e inclusiva, compreendendo a heteronormatividade presente na sociedade patriarcal, lutando contra a discriminação de orientação sexual e identidade de gênero e contribuindo para a garantia de direitos dessa população. De acordo com dados trazidos pelo “CFESS Manifesta”:

Em nosso país, o cotidiano dessa população é marcado pela negação e restrição de direitos. A “LGBTfobia” (preconceito e discriminação praticada contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) se expressa de inúmeras formas, seja por meio de práticas institucionais, seja, situações mais extremas, pela violência física. Segundo dados do Relatório Sobre Violência Homofóbica no Brasil, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, foi registrado um total de 3.084 denúncias de violações contra LGBT no ano de 2012 (o que significou um aumento percentual de 166% em relação ao ano anterior). Ainda, segundo o relatório anual do Grupo Gay da Bahia (GGB), em 2014, foram registradas 326 mortes dessa população no Brasil. Deste total, 41% faziam parte do segmento trans (CFESS, 2015, p. 02).

O serviço social possui compromisso na luta para construção de uma sociabilidade verdadeiramente libertária, onde os indivíduos sociais possam expressar sua diversidade de orientação sexual e de identidade de gênero.

O princípio VIII. *Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero*; articula-se com o princípio I ao enfatizar o vínculo profissional na construção de uma nova ordem societária, o que significa pensar a sociedade para além do capitalismo, com uma real liberdade, livre das formas de opressão apropriadas e derivadas desse sistema — sendo a de gênero uma delas.

Por meio do princípio XI. *Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física*; ressalta-se o compromisso com o respeito às diferenças das/os usuárias/os bem como das/os profissionais, demonstrando que esses também estão inseridos nas contradições e problemáticas que são inerentes ao sistema capitalista.

Esses princípios citados são o exemplo de que o Serviço Social está diretamente relacionado com as problemáticas que envolvem a categoria gênero, pela própria construção

da profissão e pelas demandas sob as quais atua. É nítido o caráter emancipatório presente no atual Código de Ética da profissão, o que demonstra a possibilidade de uma interlocução com o feminismo, pois a emancipação humana só acontecerá com a emancipação das mulheres. Este código foi um salto neste aspecto, pois veio num período de crítica social. Trouxe a importância de uma sociedade mais justa e igualitária, livre de preconceitos, buscando sempre um agir profissional voltado a igualdade, bem como trouxe uma força política e ideológica.

4.2.3 Lei de Regulamentação da Profissão

A profissão de assistente social no Brasil e suas instancias de normatização, controle, fiscalização e sistematização são regulamentadas pela Lei Federal n. 8.662/93, sancionada no ano de 1993. A partir dessa lei e no sentido de objetiva-la, as (os) profissionais devem atuar na perspectiva da materialização de seu Projeto Ético-político e dos princípios contidos em seu código por meio de suas competências e atribuições legais; sempre analisando o conjunto da sociedade e as demandas postas à profissão, e nessas, as questões relacionadas às mulheres ganham cada vez mais visibilidade.

Art. 4º Constituem competências do Assistente Social:

I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;

II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;

III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;

V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;

VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;

VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;

VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;

IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;

X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social;

XI - realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social:

I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;

II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social;

III - assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;

IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;

V - assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;

VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;

VII - dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação;

VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social;

IX - elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social;

X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social;

XI - fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais;

XII - dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas;

XIII - ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional (BRASIL, 1993, não paginado).

A lei de regulamentação possibilita a compreensão do papel do serviço social - suas atribuições, competências e possibilidades interventivas, do ponto de vista técnico e também do ponto de vista político, possibilitando a defesa das condições de trabalho para assistentes sociais e defesa dos direitos dos/das usuários/as e respostas às suas demandas, e além disso, conferindo legitimidade à categoria para uma atuação na perspectiva da materialização do projeto ético-político profissional e dos princípios do código de ética.

4.2.4 Diretrizes Curriculares de 1998

As diretrizes curriculares do Serviço Social aprovadas no ano de 1996 são responsáveis por delimitar o perfil do bacharel em serviço social, bem como suas

competências e habilidades, os princípios da formação profissional, seus tópicos de estudo, dentre outros.

O perfil profissional que consta nessas diretrizes, é o de um (a) profissional que atue nas expressões da questão social, por meio da formulação e implementação de propostas para enfrentamento delas, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Sendo um (a) profissional que atue em compromisso com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Serviço, com perspectiva crítica.

Em relação às competências e habilidades profissionais, é apontado nas diretrizes curriculares que a formação profissional deve viabilizar uma capacitação teórico-metodológica e ético-política, sendo essas, requisitos fundamentais para o exercício profissional, enfatizando a apreensão crítica dos processos sociais numa perspectiva de totalidade.

Sendo de fundamental importância na formação profissional a análise do movimento histórico da sociedade brasileira, de forma que se compreendam as particularidades do desenvolvimento capitalismo no país, bem como a compreensão do significado social da profissão e seu desenvolvimento sócio-histórico nacional e internacional, e a identificação das demandas presentes na sociedade, para que assim possam ser formuladas as respostas profissionais no enfrentamento da questão social.

Dentre alguns dos princípios da formação profissional, vale destacar:

- Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social;
- Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;
- Estabelecimento das dimensões investigativa e interpretativa como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade; (ABEPSS, 1999, p. 06).

De acordo com os princípios citados, é perceptivo que as diretrizes curriculares expressam avanços em relação ao amadurecimento da compreensão do significado político e social da profissão, da percepção acerca da importância de subsidiar-se em uma teoria social crítica que permite a realização da leitura da realidade através de uma perspectiva sócio-histórica, de nortear as respostas as expressões da questão social e suas particularidades em

uma perspectiva crítica e dialética da sociedade, firmando-se de acordo com os princípios éticos que norteiam a profissão.

Em relação aos conteúdos de estudo e a categoria gênero, é possível de ser abordada em diversos deles, porém, só aparece no tópico "Classes e Movimentos Sociais":

Classes e Movimentos Sociais - As teorias sobre classes sociais e sujeitos coletivos. A estrutura de classes na sociedade brasileira enfatizando as classes subalternas em suas condições de vida, trabalho, manifestações ideológicas e sócio-culturais. Direitos sociais e humanos do Brasil. Movimentos sociais em suas relações de classe, gênero e étnico-raciais. Identidade e subjetividade na construção dos movimentos societários. Importância e significado do terceiro setor (ABEPSS, 1999, p.17).

É nítido através da exposição das 3 dimensões que o projeto profissional do Serviço Social aponta para uma formação e atuação crítica, em que as/os profissionais reconheçam e compreendam as dimensões das desigualdades e opressões do sistema capitalista, e isso inclui a marca feminina na profissão e na questão social, tendo em vista que as opções políticas e as concepções de gênero, classe, raça/etnia, irão direcionar a prática profissional e que, portanto, se deve apreender as concepções e particularidades que a marca feminina impõe ao serviço social por meio do aprofundamento de estudos e atividades que englobem tais concepções e venham a fortalecer o arcabouço teórico-metodológico e ético-político ao longo da formação e atuação profissional.

4.3.5 Gênero na formação e atuação do Serviço Social: um compromisso profissional

A trajetória histórica do serviço social, construída sob a ordem patriarcal-capitalista e marcada fortemente pela influência da Igreja, - como já analisada previamente. Desenvolve-se nos ditames da ordem burguesa e de uma construção do que é considerado feminino nessa sociedade, a característica posta da mulher como tendo vocação natural para ajuda e caridade apropriada como estratégia de intervenção junto à classe trabalhadora é resultado da instituição hierárquica do que se considera como qualidades femininas e masculinas dessa maneira também trabalho e atividades de homens e mulheres.

Ao refletir acerca dessas questões que envolvem a marca feminina na profissão pode-se identificar que por meio de estudos no sentido de desenvolver ou aprimorar a concepção das origens dessas diferenças, se constituiria em um positivo espaço para mudança e melhoria das formas de intervenção do Serviço Social, levando em consideração o processo de

feminização da profissão e a condição da mulher na sociedade – através do fenômeno da feminização da pobreza, especificamente as demandas referentes ao Brasil.

Cisne (2015) ao analisar a Assistência Social, ressalta que essa tem sua construção como um espaço ocupacional essencialmente feminino, associado fortemente aos papéis conservadores de gênero que são cobrados da mulher. O que faz compreender que desde os primórdios o serviço social encontra-se como uma profissão feminizada e que por razões históricas e materiais ainda permanece assim nos dias atuais. A percepção existente, desde suas bases, de que profissão é uma extensão das atividades realizadas no âmbito privado e doméstico, ainda influencia o pensamento do senso comum tendo em vista os estereótipos de gênero na sociedade patriarcal-capitalista.

Faz se necessário compreender a articulação entre patriarcado e capitalismo, para a partir daí refletir como essa lógica perpassa a problemática das desigualdades de gênero. Uma vez que, o fato do Serviço Social ser uma profissão eminentemente feminina dentro de um sistema patriarcal-capitalista acarreta uma série de consequências negativas, como a desvalorização da profissão, a baixa remuneração e *status* social etc.

A pesquisa intitulada “Assistentes Sociais no Brasil: Elementos para o Estudo do Perfil Profissional” realizada pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) no ano de 2005 aponta a permanência da marca feminina na profissão. Nela constatou-se que 97% das/os Assistentes Sociais pesquisadas/os eram do sexo feminino e apenas 3% do sexo masculino, “confirmado a tendência histórica da profissão, a categoria das/os assistentes sociais, ainda é predominantemente feminina, contando com apenas 3% de homens. A região com maior percentual masculino é a Sudeste (7%) e a menor é a região Sul (1%)” (CFESS, 2005, p. 19).

O Serviço Social se insere não só na divisão social do trabalho, como também na divisão sexual do trabalho, dessa forma, a marca feminina na profissão é resultado de uma lógica hierárquica que tipifica o que é trabalho considerado masculino e feminino, e esse último, sempre é menos valorizado, possuindo baixos salários e status social. Essa divisão reflete diretamente na profissão, interna e externamente.

Faury (2003) aponta que há algumas dificuldades em falar dos estudos sobre a mulher na formação de Assistentes Sociais, pelo fato de serem estudos recentes e ainda não aprofundados como deveriam. E expõe duas situações presentes na composição da realidade profissional, a primeira dela é o fato de que “o trabalho profissional em Serviço Social foi e é basicamente exercido no meio de mulheres e por mulheres; e a segunda que “a grande maioria dos usuários atendidos foi e é constituída por pessoas do sexo feminino” (FAURY, 2003,

p.109). Sendo assim, o Serviço Social tem sua realidade composta e fortemente marcada por relações de gênero, situação que remete a pensar sobre a exclusão, posto que as demandas são em sua maioria da assistência, e tais demandas surgem pela existência das próprias desigualdades e hierarquias sociais. Sendo importante examinar a exclusão econômica e de gênero, percebendo que a/o profissional pode também se situar nesse espaço de exclusão.

O fato de ainda ser uma profissão predominantemente feminina, contribui para a ideia no imaginário das pessoas de um Serviço Social que ainda executa ações do início da trajetória histórica, vinculado a caridade e a benevolência, com aquele perfil da moça boazinha que cuida das pessoas, que demonstra o quão forte é essa ligação histórica. E os estudos relacionados a essa marca feminina tendem a contribuir para a ruptura com essas características.

Cada vez mais, vem sendo demandado ao Serviço Social uma intervenção que engloba as questões de gênero, como afirma Faury:

Na atuação direta, o Assistente Social intervém na realidade social, cada vez mais, dentro do chamado terceiro setor (Organizações não-governamentais - ONGs, movimentos sociais, grupos de ajuda, ações cidadãs, redes sociais), que são espaços inclusivos da questão de gênero. Dentro do Estado, das ONGs, o trabalho com mulheres enquanto categoria também tem sido cada vez mais demandado, seja pela organização de grupos específicos, em nível local, seja no desenvolvimento de projetos de cunho sócio-educativo, principalmente na área da saúde e da assistência. Estudar as questões de gênero em Serviço Social significa constatar o quanto a categoria de Assistentes Sociais negligenciou o estudo do tema que está presente, na academia, no Brasil, desde o final da década de 70 e início da década de 80 (FAURY, 2003, p. 110).

As transformações societárias ocorridas ao longo de todos os anos na profissão, e o que se põe atualmente, requer a formação de um/a profissional que possua novas competências para responder a essas demandas que surgem. Para isso, se faz necessário que os cursos de serviço social avancem e apreendam esses debates, destacando aqui a questão de gênero, pelo fato de a profissão ter a sua constituição como uma profissão de mulheres e para mulheres.

Partindo de uma análise/concepção de gênero, reconhece-se que, por ser predominantemente feminina, a categoria profissional não necessariamente reproduz práticas e valores conservadores vinculados ao feminino. Isso pode ser afirmado porque não é o sexo que determina valores e ações e sim as relações sociais (fundamentalmente, as de classe, gênero e raça/etnia articuladas dialeticamente assim não é o fenômeno em si — a marca predominantemente feminina de serviço social — que pode explicar o conservadorismo vinculado às relações de gênero,

tampouco os baixos salários ou mesmo embaixo estado social de profissões consideradas femininas (CISNE, 2015, p. 29).

Sendo assim, para o próprio entendimento da história da profissão e do perfil profissional, e a composição do público usuário, devem-se apreender as relações de gênero, que se constitui uma das suas dimensões estruturantes. Sendo a análise das relações de gênero indispensáveis para compreender as desigualdades que marcam o cotidiano das mulheres, e para não reproduzi-las no exercício profissional. Apreender as nuances das desigualdades e da opressão das mulheres, a forma como se constrói e se reproduz a sociedade capitalista-patriarcal é, portanto, urgente e necessário.

Para isso, Faury (2003) aponta a necessidade da formação de um novo perfil profissional, em que essa formação deve prepara-lo para:

[...] clarificar os objetivos da intervenção do trabalho social, tanto na área das políticas sociais, quanto na de proteção social; desenvolver um instrumental técnico-operativo específico, a ser aprendido através da formação politécnica e do saber polivalente; reposicionar-se ética e politicamente (FAURY apud CORNELLY, 2003, p. 43-44).

Atualmente o currículo do curso de Serviço Social articula-se a partir de três núcleos de conhecimentos: o núcleo de fundamentos da vida social; o núcleo de fundamentos da formação sócio histórica da sociedade brasileira e o núcleo de fundamentação do trabalho-profissional.

Para responder dinamicamente a esta nova proposta curricular é que propomos uma disciplina denominada Gênero e Serviço Social, com enfoque para: a gênese das desigualdades sociais sob o enfoque de gênero, a constituição social e cultural da sociedade brasileira do ponto de vista das mulheres e a configuração técnico-operativa do Serviço Social, na resposta às demandas das mulheres (FAURY, 2003, p. 113).

A inclusão dessa disciplina de forma obrigatória na grade curricular dar-se-ia tendo em vista o aprofundamento e a compreensão da importância de apreender as relações de gênero para o Serviço Social, tendo em vista que “estudar as questões de gênero propicia pensar questões atuais de vida e da sociedade sob a ótica das mulheres” (2003, p.115), e caso não seja possível; então, que haja a inclusão desse debate em outras matérias, de forma a relacionar com os conteúdos.

A ampliação desse debate é de fundamental importância para o Serviço Social, e, portanto, deve ser fomentado desde a graduação, de forma a contribuir para uma atuação

reflexiva e crítica nesse âmbito, percebendo como as relações de gênero influenciam na formação e na conjuntura atual de demandas sociais, compreendendo a desigualdade, dominação e opressão presentes na sociedade e que chegam por meio de demandas reais das/os usuárias/os.

Nesse sentido, Cisne (2015) aponta diversas contribuições que a categoria profissional pode obter com a problematização de gênero, como o desvelamento crítico das relações sócias de gênero, possibilitando o enfrentamento da questão social sem reproduzir valores conservadores, a adoção de uma prática em consonância com o movimento feminista e em prol da luta das mulheres, o entendimento das relações sociais em uma perspectiva de totalidade, tendo em vista que as relações de gênero compõem uma das mediações constitutivas do ser social, a ruptura com a subordinação e desprestígio por ser uma profissão tida como feminina, dentre outras contribuições.

Além de todo o exposto, na medida em que se desenvolve o aprofundamento e a consciência de gênero no Serviço Social, desenvolve-se também a possibilidade de uma ruptura com o conservadorismo e uma prática que contribui para o real processo de renovação profissional, cumprindo assim seu compromisso ético político na “construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 1993, p.24).

Para que a categoria profissional possa compreender e atuar nas refrações da questão social no Brasil requer analisar e apreender sua formação sócio-histórica, e entender que essa é perpassada pelo racismo, machismo e patriarcado, então não é possível uma formação profissional na qual não se discuta e trabalhe efetivamente estas categorias, pois desse modo, cairia numa cegueira de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente trabalho possibilitou compreender que olhando o curso da história é possível perceber como se constituiu o sistema capitalista patriarcal e como o serviço social emerge e se modifica ao longo do tempo, compreender os aspectos históricos permite entender a lógica de apropriação e as bases da dominação/exploração das mulheres percebendo que o norte teórico-crítico do serviço social e a luta no sentido de construir a emancipação humana diz respeito à luta pela emancipação das mulheres.

Para compreender como as bases da opressão e hierarquização dos sexos se desdobra no âmbito do serviço social, se faz necessário analisar a marca feminina na profissão e os impactos na formação e atuação profissional, desde a apropriação deste trabalho tido como feminino no sistema patriarcal, às demandas advindas das refrações da questão social trazidas pelo público usuário, em sua maioria constituído por mulheres; tendo em vista a não reproduzir comportamentos impostos pelo sistema patriarcal-capitalista.

Para apropriar-se de tal conhecimento se faz necessário ao serviço social uma aproximação cada vez maior das temáticas relacionadas à categoria Gênero, seja de forma transversal, por meio de debates, seminários ou inserção dessa temática em disciplinas já existentes, ou até mesmo a inserção de uma disciplina na grade curricular obrigatória, cujos objetivos sejam a reflexão sobre como o patriarcado, a divisão sexual do trabalho e as relações de gênero permeiam o capitalismo e o Serviço Social ao longo de sua trajetória histórica.

Compreender a relação entre as demandas postas ao serviço social nas políticas sociais, sobretudo na assistência social; apreender os diversos conceitos de gênero e relacioná-los à teoria social crítica de Marx; aprofundar-se na relação entre questão social e gênero; perceber os encontros e desencontros do serviço social com o movimento feminista e como esse pode contribuir para a profissão, já que a emancipação humana contida no projeto ético-político também diz respeito à emancipação das mulheres, portanto, pode relacionar-se a uma perspectiva feminista emancipatória, e com isso a profissão pode romper cada vez mais com o conservadorismo.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 7, 1999.

_____. **Diretrizes Curriculares da ABEPSS 1999**. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_diretrizes.pdf. Acesso em: jul. 2018.

BARROCO, Maria Lucia Silva; TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/da Assistente Social Comentado**. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **CFESS Manifesta Gestão Tempo de Luta e Resistência (2011-2014)**. Brasília: CFESS, 2014. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Livro_CFESSManifesta_GestaoTempodeLuta-Site.pdf. Acesso em: ago. 2018.

_____. **CFESS Manifesta Gestão Tecendo na Luta a manhã desejada (2014-2017)**. São Paulo (SP): CFESS, 2015. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2015-CFESSManifesta-SeminarioTrans.pdf>. Acesso em: ago. 2018.

_____. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10. ed. rev. e atual. Brasília: CFESS, 2012. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: ago. 2018.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

COSTA, Gilmaisa Macedo. Questão Social e Desigualdade: Novas formas, velhas raízes. *Revista Ágora*, online, v. 01, n.04, p. 101-121, 2011.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

FAURY, Mirian. Estudando as questões de gênero em serviço social. *Pro-Posições*, Campinas, v. 14, n. 1, p. 107-119, 2003. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/2178/40-dossie-faurym.pdf>. Acesso em: ago. 2018.

GAMA, Andréa de Souza. **Trabalho, família e gênero: impactos dos direitos do trabalho e da educação infantil**. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

HIRATA, Helena *et al.* (org.). **Dicionário crítico do Feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4098403/mod_resource/content/1/Kergoat%20p.67-75%20in%20Dicionario_critico_do_feminismo%202009.pdf. Acesso em: Jun. de 2018

HIRATA, Helena. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. **Tecnologia e Sociedade**. 2 ed., 2010. Disponível em:
<https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/2557/1661>. Acesso: jun. 2018.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

LESSA, Sergio; TONET, Ivo. **Proletariado e Sujeito Revolucionário**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social**: identidade e alienação. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARX, Karl. **O capital**: Crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1984. Tomo I, volume 2.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. 8. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. A construção do projeto ético-político do serviço social. Serviço Social e Saúde, 2015. In: ABEPSS. (Org.). **Serviço Social e Saúde**: formação e trabalho profissional. Disponível em: <http://www.cpihts.com/PDF03/jose%20paulo%20netto.pdf>. Acesso em: ago. 2018.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990. Disponível em:
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf. Acesso em: jul. 2018.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero patriarcado violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

_____. **O poder do macho**. 11. ed. São Paulo: Moderna, 1987.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. In: CEFESS; ABEPSS. (Org.). **Serviço Social**: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CEFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em:
http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/teixeira-joaquina-barata_-braz-marcelo-201608060407431902860.pdf. Acesso em: ago. 2018.

TOLEDO, Cecília. Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide. **Marxismo Vivo**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 01-27, 2010. Disponível em:
https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/artigostesesdissertacoes/questoes_de_genero/cecilia-marxismo_o_genero_nos_une.pdf. Acesso em: jul. 2018.